



Concessionária Rio Teresópolis S/A

COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 00.938.574/0001-05 NIRE Nº 3330016228-3
REG. CVM Nº 01920-8



CRT - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

1. AOS ACIONISTAS

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades de 2021, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, acrescidas do balanço social, de modo a divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, o compromisso com a responsabilidade social da Concessionária Rio-Teresópolis S/A.

Este relatório está em conformidade com a Resolução da ANTT 3.847 de 20 de junho de 2012, que aprovou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal concedida.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2. INTRODUÇÃO

2.1 A CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S/A (CRT) tem como objetivo a administração da Rodovia Santos Dumont, no trecho Além Paraíba - Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo inicial de 25 anos, concedida pelo poder público federal em 22/11/1995 e regulada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Sua operação teve início em 22/03/1996 e se estenderia até 21/03/2021, tendo o prazo alterado para 21/09/2022, devido ao atraso no processo de licitação.

Em dezembro de 2001, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) autorizou a emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Preferenciais – Classe A. Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, os quais vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão. As demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas no término do prazo de colocação.

Em 10/06/2003, a CRT – Fundo de Investimento em Participações (FIP) passou a integrar o quadro de acionistas, mediante aquisição de 9.420 ações preferenciais, posteriormente alteradas para 9.526 ações.

Em dezembro de 2010, a INVEPAR sucedeu a OAS na estrutura acionária da CRT.

A rodovia cruza os municípios de Sapucaia, São José do Vale do Rio Preto, Teresópolis, Guapimirim, Magé e Duque de Caxias, que juntos somam uma população de aproximadamente 1,3 milhão (IBGE – Censo 2010).

A via é importante para o escoamento de produtos agrícolas, já que a Região Serrana é a maior produtora de hortigranjeiros do Estado, em volume, e a maior fornecedora de olerícolas folhosas para as Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (Ceasa - RJ). Além disso, a rodovia BR-116/RJ tem relevante importância para o fomento ao turismo do estado, interligando a Capital e a Região Serrana, que conta com inúmeras belezas naturais e tem como principais atrativos o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), o Parque Estadual dos Três Picos, a sede de treinamento da Seleção Brasileira de Futebol, localizada na Granja Comary, e um desenvolvido turismo rural. Adicionalmente, no Km 77,2 há o entroncamento com a Rodovia RJ-130 (Teresópolis-Friburgo), que juntamente com a RJ-142 faz parte do circuito turístico Serramar, ligando a Região Serrana à Região dos Lagos.

A rodovia está integrada às demais rodovias estaduais e federais e ao Arco Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro, compondo importante eixo estratégico do estado na distribuição de produtos e no fornecimento de serviços para atender o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro.

A companhia atualmente opera com três praças de pedágio: a praça principal PN1 localizada no Km 133,5 em Piabetá, e as praças auxiliares PA1, localizada no Km 114,5 em Santo Aleixo, e PA2, localizada no Km 122 em Santa Guilhermina. Também estão em operação os postos de pesagem fixos localizados em Três Córregos (Km 70,9) e em Piabetá (Km 131).

A CRT tem implementado várias iniciativas inéditas no setor de rodovias brasileiras, dentre elas o programa de 'Monitoramento das Condições Climáticas Associadas às Condições Geológicas-Geotécnicas da Rodovia BR-116/RJ e seu entorno', que vem sendo desenvolvido desde 2006, em parceria com a COPPE/UFRJ e o INMET, com estações meteorológicas que monitoram as condições climáticas e a associação destas às condições geológicas. Outra iniciativa é o programa 'Fauna Viva', cujo objetivo é identificar e monitorar os animais silvestres atropelados na BR-116/RJ e os pontos com maior incidência desse tipo de acidente. Dessa forma, busca-se informações para embasar o planejamento e a execução de ações que ajudem na redução dessas ocorrências, como, por exemplo, a implantação de dispositivos que permitam a travessia segura dos animais. Outro desdobramento do projeto é resgatar espécies saudáveis feridas ou em perigo no entorno da rodovia.

Em paralelo ao programa de investimentos, a CRT tem implantado e mantido uma gama de serviços voltados para seus usuários, conforme descrito abaixo:

| Serviços | Quantidade |
|-------------------------------------|------------|
| Bases Operacionais | 4 |
| Câmeras de monitoramento | 72 |
| Carros-resgate | 3 |
| Estação meteorológica | 7 |
| Estação pluviométrica | 9 |
| Guinchos | 6 |
| Painéis de mensagens variáveis | 6 |
| Telefones de emergência (callboxes) | 100 |
| UTI - Móvel | 1 |
| Viaturas de Inspeção | 5 |

Para coordenar toda esta estrutura de atendimento, a concessionária dispõe da Central de Controle de Operações (Central de Inteligência 24 horas), com supervisor e operadores de tráfego que comandam todos os serviços de apoio aos usuários, além da integração com a Polícia Rodoviária Federal, o Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro e a Defesa Civil.

A CRT gera 789 empregos diretos, entre funcionários próprios e terceirizados (base dezembro/2021), sendo que a maioria de seus funcionários reside em Magé, Teresópolis, Guapimirim e Duque de Caxias, municípios da região atendidos pela via.

Com a geração de empregos, arrecadação de impostos e melhoria na infraestrutura rodoviária, a CRT contribui para o desenvolvimento da região servida pela rodovia.

Ao longo destes 25 anos de gestão, a CRT, por meio de sua política de Responsabilidade Social, vem aumentando sua participação de apoio às comunidades carentes ao longo da rodovia, com ações de cunho educativo, patrocínio de projetos culturais e educacionais e de campanhas de doação de agasalhos e alimentos, a Companhia vem obtendo recepção positiva não só daqueles beneficiados como também dos colaboradores internos e usuários da rodovia.

2.2 Destaques do Ano

O ano de 2021 foi marcado pela continuidade da crise econômica provocada pela pandemia da COVID-19 e pela escassez de insumos no mundo todo. A taxa de desemprego ao final do 3º TRIM/21 atingiu 12,6%, com 13,5 milhões de desempregados e 5,1 milhões de desalentados. O estado do Rio de Janeiro registrou no terceiro trimestre de 2021 a maior taxa de desemprego da região sudeste (15,9%). Em função do aumento dos preços dos insumos, alimentos, commodities e da desvalorização cambial, a inflação ficou acima do centro da meta, alcançando 10,06% (IPCA), percentual com dois dígitos pela primeira vez desde 2015.

A CRT criou um comitê de crise para avaliar as medidas necessárias, tendo elaborado um Plano de Contingência específico para o COVID-19, atendendo as recomendações da OMS e a legislação específica de cada Município que margeiam a rodovia. Foram tomadas uma série de medidas, dentre elas o "Trabalho Remoto", incluindo 100% dos colaboradores considerados do grupo de risco e uma escala especial para os arrecadadores, com a diminuição do efetivo diário e maior espaçamento entre os dias de trabalho (escala 1x2). Os serviços essenciais da rodovia foram mantidos com o Comitê de Crise avaliando constantemente os impactos e as providências necessárias para gestão da companhia face ao COVID-19.

A seguir, os destaques de 2021:

• **Rating**
A agência classificadora de riscos, Fitch Ratings em 22/07/2021, reafirmou o Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia em 'AAA(bra)', com perspectiva estável.

• **Tarifa Básica de Pedágio**
Foi aprovado a 24ª Revisão Ordinária, da 10ª Revisão Extraordinária e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio referente ao processo nº 50500.037859/2020-63. Conforme a Deliberação nº 91 de 16/03/2021 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), divulgada em 17/03/2021, as novas tarifas básicas de pedágio passaram a vigorar a partir de zero hora do dia 18/03/2021: Praça Principal (PN1), R\$ 18,80 (dezoito reais e oitenta centavos) e Praças Auxiliares (PA 1 & PA 2), R\$ 13,10 (treze reais e dez centavos).

• **Receita Líquida Ajustada**
A Receita Líquida Ajustada apresentou um crescimento de 10,5% em relação a 2020 devido a flexibilização das medidas de distanciamento social que permitiu a reabertura do comércio e ao retorno ao trabalho presencial.

• **EBITDA Ajustado**
O crescimento da Receita Líquida, a redução de custos e despesas administrativas, provocada pela reestruturação do quadro de colaboradores e pela economia em diversas rubricas, provocou um crescimento do EBITDA Ajustado em relação a 2020 de 5,3%, alcançando o índice de 65,1% de Margem EBITDA Ajustada.

• **Ações coronavirus**
A CRT criou um comitê de crise para avaliar as medidas necessárias, tendo elaborado um Plano de Contingência específico para o COVID-19, atendendo as recomendações da OMS e a legislação específica de cada Município que margeiam a rodovia. Os serviços essenciais da rodovia foram mantidos da melhor maneira possível com o Comitê de Crise avaliando constantemente os impactos e as providências necessárias para gestão da companhia frente a pandemia do COVID-19.

• **Reequilíbrio do Contrato de Concessão devido a retirada das praças de pedágio PN2 & PN3**
Também estão em curso, na esfera administrativa, as tratativas para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da CRT, face a perda de receita pela retirada das praças de pedágio de PN2 & PN3. Na esfera judicial, a ação de obrigação de fazer foi favorável à CRT em 1ª instância em outubro/2018.

• **Reequilíbrio devido a COVID-19**
A Advocacia Geral da União emitiu parecer favorável à revisão dos contratos de concessão do setor de infraestrutura de transportes, permitindo a recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro, em função da pandemia do novo Coronavírus.

Em 28 de julho de 2020, a Agência Nacional de Transporte Terrestres – ANTT publicou a Portaria nº 052, que visa instituir o grupo de trabalho, para acompanhar a metodologia de cálculo do desequilíbrio econômico-financeiro decorrente dos efeitos extraordinários da pandemia do novo Coronavírus, sobre os contratos de concessão de exploração da infraestrutura rodoviária, geridos pela agência reguladora. A Companhia aguarda o posicionamento da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

• **Licitação CRT**
Em 15/01/2021 ocorreu a audiência pública número 11/21, coordenada pela ANTT que apresentou o novo projeto de 776 km a ser licitado cujo trecho incluí a rodovia atualmente administrada pela CRT (144 km). Em função da quantidade de inscritos, ocorreram duas seções extras em 19/01/2021 e 22/01/2021, respectivamente. A previsão da ANTT é que o edital seja publicado no primeiro trimestre de 2022 e o Leilão no segundo trimestre de 2022.

• **Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão**
Foi assinado em 18/03/2021, o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº PG156/95-00, entre a Concessionária Rio Teresópolis S.A e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que estende o prazo original do Contrato de Concessão da CRT que se encerraria em 21/03/2021, por 18 meses, até 21/09/2022. Entre outras coisas, também estabeleceu as seguintes tarifas de pedágio:
Tarifa cobrada: R\$ 18,80
Tarifa calculada (extensão): R\$ 7,92964
Tarifa de reequilíbrio: R\$ 10,87036

• **Escritura de Emissão das Debêntures conversíveis em ações preferenciais**
Face ao desequilíbrio do contrato de concessão, do processo de licitação e da assinatura do quinto aditivo do contrato de concessão, os debenturistas aprovaram o oitavo e novo aditivo a escritura de emissão das debêntures.

• **CRT Fundo de Investimentos e Participações (FIP)**
Face ao desequilíbrio do contrato de concessão, do processo de licitação e da assinatura do quinto aditivo do contrato de concessão, o regulamento do fundo foi atualizado.

3. CONTEXTO SETORIAL

3.1 Receitas e Mercado

Conforme a Deliberação nº 91 de 16/03/2021 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), divulgada em 17/03/2021, as novas tarifas básicas de pedágio passaram a vigorar a partir de zero hora do dia 18/03/2021: Praça Principal (PN1), R\$ 18,80 e Praças Auxiliares (PA 1 & PA 2), R\$ 13,10.

3.2 Meios de Cobrança

| Meios de Cobrança - mil | 2021 | 2020 | Δ% |
|--------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Veículos Pagantes | 8.738 | 7.745 | 12,8% |
| Manual | 4.578 | 4.461 | 2,6% |
| Automática | 4.160 | 3.283 | 26,7% |

A Companhia dispõe de dois meios de cobrança: a cobrança realizada nas cabines pelos nossos arrecadadores (Cobrança Manual) e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos - das operadoras Sem Parar/Via Fácil, ConectCar, Move Mais, Veloe e Greenpass - nas pistas automáticas (Cobrança Automática). O tráfego das pistas manuais apresentou um crescimento de 116 mil veículos (+2,6%), e o tráfego das pistas automáticas de 877 mil veículos (+26,7%).

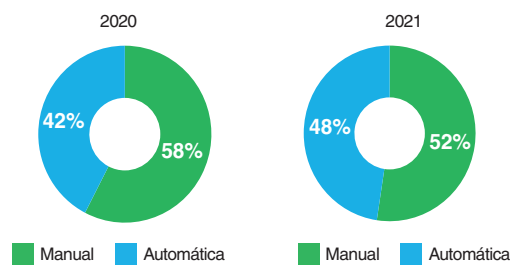
4. INDICADORES OPERACIONAIS

As informações a seguir atendem ao disposto na Resolução da ANTT nº 3847 de 20/06/2012.

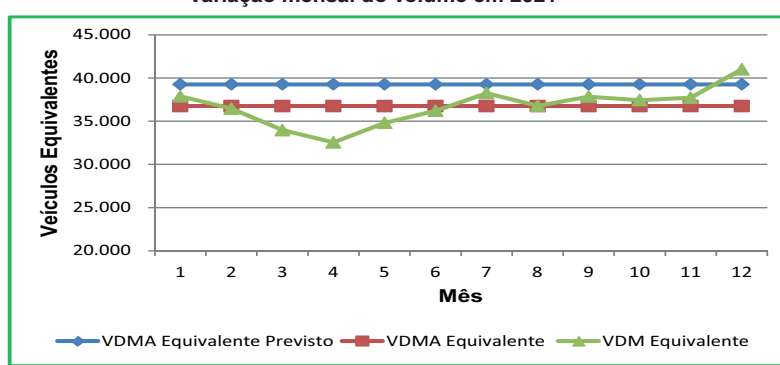
4.1 Caracterização do Tráfego

4.1.1 Volume

No gráfico abaixo é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



Variação mensal do volume em 2021



O VDMA equivalente realizado está abaixo do VDMA equivalente previsto no contrato de concessão, principalmente em função da decisão da ANTT pela suspensão da cobrança de pedágio na praça de Três Córregos (PN2), ocorrida em setembro de 2009, e pela não implantação da praça de pedágio PN3 no Km 14.

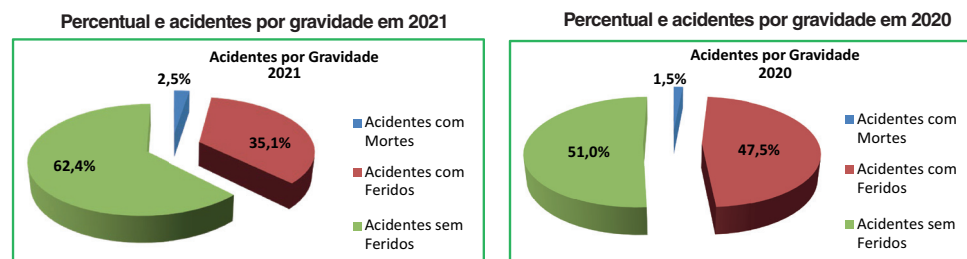
Tráfego Pedagiado em 2021

| DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS | | | | |
|--------------------------|--|-------|---------|------------------|
| Categoria | Tipo de Veículo | Eixos | Rodagem | Quant. |
| 1 | automóvel, caminhonete e furgão | 2 | simples | 6.453.270 |
| 2 | caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão | 2 | dupla | 1.084.109 |
| 3 | automóvel com semi-reboque e caminhonete com semi-reboque | 3 | simples | 21.981 |
| 4 | caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus | 3 | dupla | 318.381 |
| 5 | automóvel com reboque e caminhonete com reboque | 4 | simples | 4.545 |
| 6 | caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque | 4 | dupla | 252.897 |
| 7 | caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque | 5 | dupla | 142.018 |
| 8 | caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque | 6 | dupla | 223.205 |
| 9 | caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque | 7 | dupla | 38.565 |
| 10 | caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque | 8 | dupla | 1.346 |
| 11 | motocicletas, motocicletas e bicicletas a motor | 2 | simples | 151.650 |
| Especial | caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque | 10 + | dupla | 34.604 |
| Total | | | | 8.737.571 |

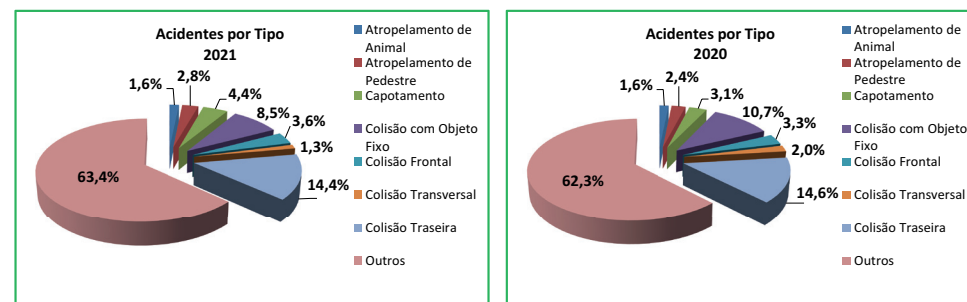
4.2 Segurança no Trânsito

4.2.1 Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade e total de pessoas envolvidas em 2021 e 2020.



O gráfico apresenta o valor percentual dos principais tipos detectados no trecho concedido da rodovia.



4.3 Dados de Operação da Concessão

4.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro/2021. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

| Tipo de Veículos | Quantidade | Quantidade/100 Km |
|---------------------------------------|------------|-------------------|
| Viatura de Inspeção | 5 | 4 |
| Guincho Leve | 3 | 2 |
| Guincho Pesado | 1 | 1 |
| Guincho Super Pesado | 2 | 1 |
| Carro Resgate | 3 | 2 |
| Ambulância Simples | 0 | 0 |
| UTI | 1 | 1 |
| Balança Móvel | 1 | 1 |
| Balança Fixa | 1 | 1 |
| Total de Veículos Operacionais | 17 | 12 |
| Administração | 19 | 13 |
| Pedágio | 1 | 1 |
| Caminhão | 0 | 0 |
| Segurança do Trabalho | 1 | 1 |
| Manutenção | 2 | 1 |
| Faixa de domínio | 1 | 1 |
| Total de Veículos de Apoio | 24 | 17 |
| Total de Veículos | 41 | 29 |

4.3.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela, as quantidades de funcionários empregados pela Companhia na operação da concessão em dezembro/2021. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão

| Tipo de Função | Quantidade | Quantidade / VDMA |
|---|------------|-------------------|
| Coordenador de Tráfego | 1 | 0,3 |
| Insp. Tráfego (Agente Rodoviário 1) | 16 | 4,1 |
| Viatura de Inspeção | 5 | 1,3 |
| Operadores de CCO | 7 | 1,8 |
| Líder de CCO | 4 | 1,0 |
| Operador de CFTV | 7 | 1,8 |
| Coordenador Fx. Domínio | 1 | 0,3 |
| Operadores de Balança | 39 | 10,0 |
| Assistente de Balança | 1 | 0,3 |
| Agente Rodoviário 1 (guincho leve) | 6 | 1,5 |
| Agente Rodoviário 2 (guincho pesado 1) | 4 | 1,0 |
| Agente Rodoviário 3 (guincho s. pesado) | 8 | 2,0 |
| Guincho Leve | 3 | 0,8 |
| Guincho Pesado | 1 | 0,3 |
| Guincho Super Pesado | 2 | 0,5 |
| Médico | 7 | 1,8 |
| Resgatista/Socorrista | 32 | 8,2 |
| Ambulância UTI | 1 | 0,3 |
| Ambulância Resgate | 3 | 0,8 |
| Total de Pessoal Operacional | 148 | 37,8 |
| Coordenador Pedágio | 1 | 0,3 |
| Líder de Praça | 2 | 0,5 |
| Sup. Pedágio | 1 | 0,3 |
| Controlador de Praça | 5 | 1,3 |
| Arrecadador | 64 | 16,3 |
| Auxiliar de Pedágio | 2 | 0,5 |
| Total de Pessoal de Pedágio | 75 | 19,2 |
| Total | 223 | 57,0 |

4.4 Aspectos Financeiros

4.4.1 Receitas

Apresentamos a receita da concessionária em 2021 e o valor da receita acumulada desde o início da concessão, correspondente à receita obtida com pedágios e com outras fontes, sejam elas Complementares, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

| R\$ mil | Em 2021 | Acumulada |
|------------------------|----------------|------------------|
| Receita com Pedágio | 248.817 | 5.209.148 |
| Receita extraordinária | 1.478 | 16.508 |
| Total | 250.295 | 5.225.656 |

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais realizados em 2021, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

4.4.2 Investimentos

| R\$ mil | Em 2021 | Acumulada |
|---------------|---------|-----------|
| Investimentos | 28.341 | 1.147.534 |

4.4.3 Custos Operacionais

| R\$ mil | Em 2021 | Acumulada |
|---------------------|---------|-----------|
| Custos Operacionais | 51.509 | 1.202.933 |

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras em 2021.

| R\$ mil | Em 2021 | Acumulada |
|---------|---------|-----------|
| ISS | 12.353 | 254.313 |

Os valores acumulados foram atualizados pelo IPCA.

4.4.4 Tarifas de Pedágio

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria e veículo.

| Praça de Pedágio | Valor da tarifa por praça de pedágio | | | | | | | | |
|------------------|--------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|------|
| | Categoria de veículo | | | | | | | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| PN1 (km 133,5) | 18,80 | 37,60 | 28,20 | 56,40 | 37,60 | 75,20 | 94,00 | 112,80 | 9,40 |
| PA1 (km 114,5) | 13,10 | 26,20 | 19,65 | 39,30 | 26,20 | 52,40 | 65,50 | 78,60 | 6,55 |
| PA2 (km 122,0) | 13,10 | 26,20 | 19,65 | 39,30 | 26,20 | 52,40 | 65,50 | 78,60 | 6,55 |



Concessionária Rio Teresópolis S/A

COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 00.938.574/0001-05 NIRE Nº 3330016228-3
REG. CVM Nº 01920-8

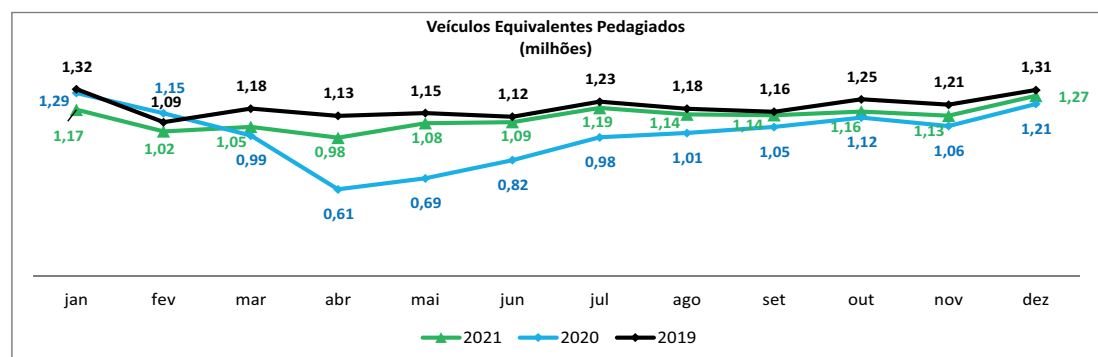


5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1 Veículos Equivalentes Pedagiados

| Volume de Tráfego - R\$ mil | 2021 | 2020 | Δ% |
|---------------------------------------|---------------|---------------|--------------|
| Veículos Equivalentes Pagantes | 13.414 | 11.986 | 11,9% |
| Leves | 6.571 | 5.745 | 14,4% |
| Pesados | 6.843 | 6.241 | 9,7% |

Em 2021, foram pedagiados 13,4 milhões de veículos equivalentes, crescimento de 11,9% em relação a 2020. Os veículos leves apresentaram crescimento de 826 mil VEP's (+14,4%) e os veículos pesados de 602 mil VEP's (+9,7%).



A retomada da economia a partir do terceiro trimestre de 2020, provocada pela flexibilização das medidas de isolamento social, não foi suficiente para recuperar o tráfego em relação a 2019. Segundo a ABCR o número de veículos equivalentes pedagiados no estado do Rio de Janeiro ficou 11,5% acima de 2020.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 Valor Adicionado

Em 2021, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 165M, aumento de 38,50% em relação a 2020, cujo valor adicionado foi de R\$ 102M.

Receita Operacional

| R\$ mil | 2021 | 2020 | Δ% |
|---|----------------|----------------|--------------|
| Receita Líquida | 251.182 | 245.254 | 2,4% |
| Receitas de Pedágio | 248.817 | 227.358 | 9,4% |
| Outras Receitas | 3.898 | 1.680 | 132,1% |
| Receita de Construção (IFRS) | 23.269 | 38.999 | -40,3% |
| Deduções da Receita | (24.802) | (22.783) | -8,9% |
| Receita Líquida Ajustada¹ | 227.913 | 206.255 | 10,5% |

• **Receita de Pedágio** – A Receita com Pedágio em 2021 foi de R\$ 248,8M, o que representou um crescimento de R\$ 21,5M em relação ao ano anterior, devido ao crescimento do tráfego de 11,9%.

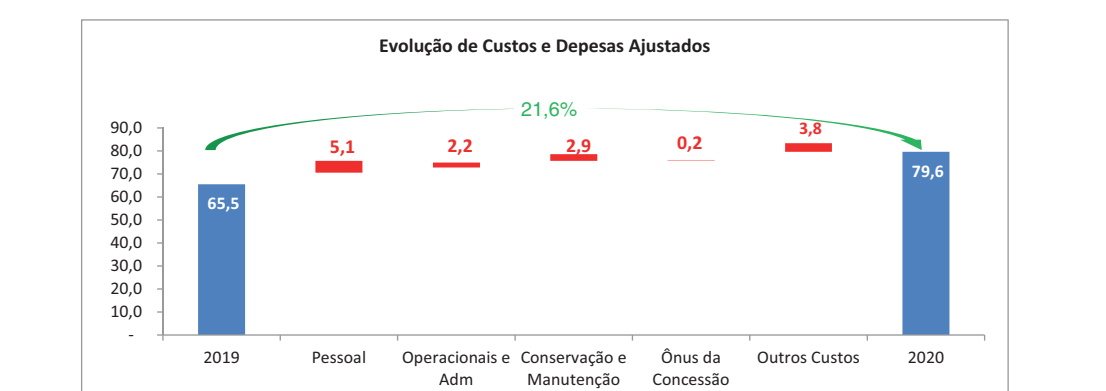
• **Receitas Extraordinárias/Outras** – As receitas Extraordinárias/Outras somaram R\$ 3,9M em 2021, crescimento de R\$ 2,2M em relação a 2020. O crescimento deve-se aos reajustes contratuais, aos novos contratos de passagem de Cabos Ópticos e ao reembolso do sinistro (R\$ 2M) referente ao acordo firmado entre a CRT, a Seguradora SWISS RE e seus autores, perante a 1ª Vara Cível de Magé/RJ.

• **Receita da Construção** - Foram apurados como receita de construção (IFRS) R\$ 23,3M sem qualquer impacto no resultado, uma vez que esse montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção.

6.2 Custos e Despesas

| R\$ mil | 2021 | 2020 | Δ% |
|--|----------------|----------------|---------------|
| Custos e Despesas | 137.863 | 186.913 | -26,2% |
| Pessoal | 24.359 | 19.227 | 26,7% |
| Operacionais e Administrativas | 30.750 | 28.580 | 7,6% |
| Conservação e Manutenção | 13.782 | 10.888 | 26,6% |
| Ônus da Concessão | 4.499 | 4.303 | 4,6% |
| Outros Custos/Despesas | 6.249 | 2.493 | 150,6% |
| Provisões Líquidas | (1.869) | 494 | -478,1% |
| Custo da Construção (IFRS) | 23.269 | 38.999 | -40,3% |
| Depreciações e Amortizações | 36.824 | 81.928 | 55,1% |
| Custos e Despesas Ajustados¹ | 79.739 | 65.492 | 21,6% |

Os Custos e Despesas Ajustados estão R\$ 14,1M (+21,6%) acima dos registrados em 2020. Dentre as principais variações destacamos: **Pessoal** - aumento de R\$ 5,1M (+26,7%), em função do reajuste salarial, do retorno dos funcionários que estavam com o contrato de trabalho suspenso, conforme MP 936/2020, das rescisões contratuais e do reajuste do plano de saúde; **Operacionais e Administrativas** – aumento de R\$ 2,0M (+7,6%), devido ao pagamento referente ao acordo firmado entre a CRT, a Seguradora SWISS RE e seus autores, perante a 1ª Vara Cível de Magé/RJ. O Valor foi reembolsado pela seguradora em maio/2021; **Conservação e Manutenção** – crescimento de R\$ 2,9M (+26,6%) devido a maior demanda, com serviços de manutenção de sinalização, obra de artes especiais e drenagem; **Outros Custos/Despesas** – crescimento de R\$ 3,8M com despesas de sinistros provocados por escorregamento de encostas. **Provisões Líquidas** - Reversão de provisões referentes a ações cíveis e trabalhistas.

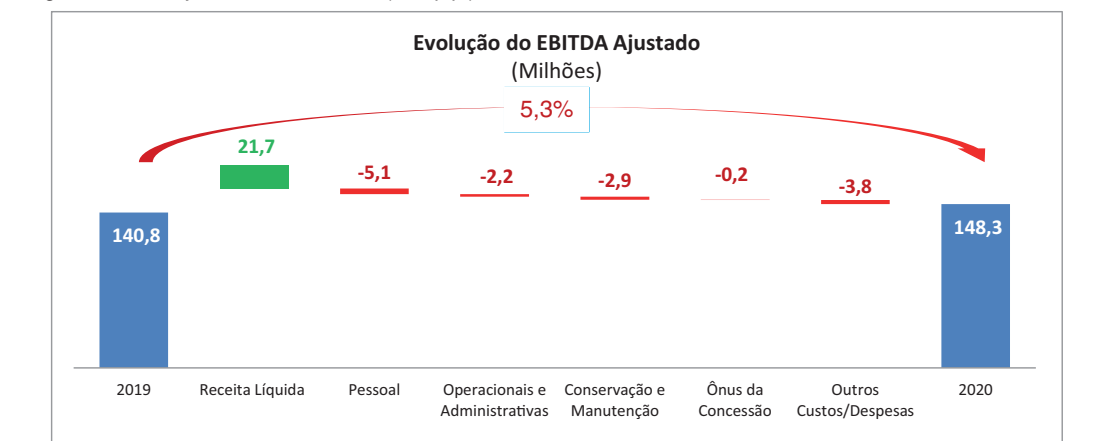


As despesas com Depreciação e Amortização de 2021 totalizaram R\$ 36,8M, abaixo em 55,1% em relação ao ano de 2020 (-R\$ 45,1M).

6.3 EBITDA e Margem EBITDA

| EBITDA e Margem EBITDA Ajustados | 2021 | 2020 | Δ% |
|---|----------------|----------------|------------------|
| Receita Líquida Ajustada¹ | 227.913 | 206.255 | 10,5% |
| Pessoal | (24.359) | (19.227) | 26,7% |
| Operacionais e Administrativas | (30.750) | (28.580) | 7,6% |
| Conservação e Manutenção | (13.782) | (10.888) | 26,6% |
| Ônus da Concessão | (4.499) | (4.303) | 4,6% |
| Outros Custos/Despesas | (6.249) | (2.493) | 150,6% |
| EBITDA Ajustado | 148.274 | 140.763 | 5,3% |
| Margem EBITDA Ajustada | 65,1% | 68,2% | -3,2 p.p. |

O EBITDA Ajustado do ano totalizou R\$ 148,3M, aumento de R\$ 7,5M (+5,3%) em relação ao apurado em 2020. A Margem EBITDA Ajustada foi de 65,1% (-3,2 p.p.).

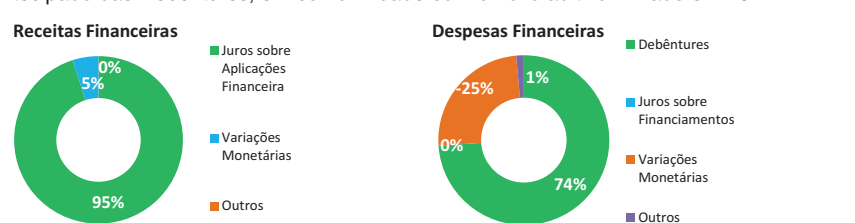


O EBITDA é o lucro líquido adicionado de imposto de renda, das (receitas) despesas financeiras líquidas, da variação cambial e monetária líquida e de depreciações e amortizações. Não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando, portanto, o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Por não ter um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável à de outras companhias. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e/ou analistas financeiros o utilizam como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

6.4 Resultado Financeiro

| Resultado Financeiro - R\$ mil | 2021 | 2020 | Δ% |
|------------------------------------|-----------------|-----------------|--------------|
| Receitas Financeiras | 4.877 | 2.693 | 81,1% |
| Juros sobre Aplicações Financeiras | 4.635 | 2.252 | 105,8% |
| Variações Monetárias | 241 | 432 | 0,0% |
| Outros | 1 | 8 | -87,2% |
| Despesas Financeiras | (26.110) | (21.271) | 22,7% |
| Debêntures | (38.008) | (15.171) | 150,5% |
| Juros sobre Financiamentos | (6) | (544) | -98,9% |
| Variações Monetárias | 12.646 | (4.994) | -353,2% |
| Outros | (742) | (562) | 32,1% |
| Resultado Financeiro | (21.233) | (18.578) | 14,3% |

O resultado financeiro da Companhia em 2021 totalizou R\$ 21,2M de despesas financeiras líquidas, o que representa um aumento de R\$ 2,7M em relação a 2020. Este crescimento ocorreu em função da maior atribuição de Debêntures, em função do maior resultado de 2021, compensado parcialmente pela reversão do ajuste a valor presente, conforme exclusão do vencimento antecipado das Debêntures, em conformidade com o novo aditivo firmado em 2021.



6.5 Resultado do Exercício

| DESCRIÇÃO | 2021 | 2020 | Δ% |
|---|------------------|------------------|-------------------|
| Veículos equivalentes | 13.414 | 11.986 | 11,9% |
| Receita operacional líquida | 251.182 | 245.254 | 2,4% |
| Receitas operacionais | 248.817 | 227.358 | 9,4% |
| Abatimentos | (3.240) | (3.252) | -0,4% |
| PIS, COFINS, ISS e outros | (2.1562) | (19.531) | 10,4% |
| Outras receitas | 3.898 | 1.680 | 132,0% |
| Receita de construção | 23.269 | 38.999 | -40,3% |
| Custos e despesas | (101.039) | (104.985) | -3,8% |
| Custos e despesas | (75.140) | (61.189) | 22,8% |
| Provisões diversas | (1.340) | (1.214) | 10,4% |
| Reversões diversas | 3.209 | 720 | 345,7% |
| Ônus da concessão | (4.499) | (4.303) | 4,6% |
| Custo de construção | (23.269) | (38.999) | -40,3% |
| EBITDA | 150.143 | 140.269 | 7,0% |
| EBITDA/receita líquida | 59,77% | 57,19% | 2,58 p.p. |
| Depreciações e amortizações ¹ | (36.824) | (81.928) | -55,1% |
| Despesas financeiras líquidas ² | (21.233) | (18.578) | 14,3% |
| Lucro antes imposto de renda | 92.086 | 39.763 | 131,6% |
| Imposto de renda/contribuição social | (30.109) | (15.024) | 100,4% |
| Lucro líquido | 61.977 | 24.739 | 150,5% |
| Lucro líquido/receita líquida | 24,67% | 10,09% | 14,58 p.p. |
| Receita líquida ajustada³ | 227.913 | 206.255 | 10,5% |
| EBITDA ajustado⁴ | 148.274 | 140.763 | 5,3% |
| Margem EBITDA ajustada | 65,1% | 68,2% | -3,1 p.p. |

¹ Inclui R\$ 2.914 de arrendamento IFRS 16

² Inclui R\$ 182 de arrendamento IFRS 16

³ Exclui receita de construção e provisões

⁴ Exclui receita/custo de construção e provisões/reversões diversas

O Lucro Líquido no ano, por ação preferencial, atingiu R\$ 755,52 contra R\$ 301,59 em 2020. Por ação ordinária, o valor foi de R\$ 686,86 contra R\$ 274,16 em 2020. As variações positivas foram motivadas pela recuperação parcial do tráfego.

Reconciliação EBITDA Ajustado

| EBITDA Ajustado | 2021 | 2020 | Δ% |
|--|----------------|----------------|------------------|
| Lucro líquido | 61.977 | 24.739 | 150,5% |
| Imposto de Renda e CSLL | 30.109 | 15.024 | 100,4% |
| Participações | 38.008 | 15.171 | 150,5% |
| Receitas (despesas) financeiras líquidas | (16.775) | 3.407 | -592,4% |
| Depreciação e amortização | 36.824 | 81.928 | -55,1% |
| EBITDA | 150.143 | 140.269 | 7,0% |
| Provisões Líquidas | (1.869) | 494 | -478,3% |
| EBITDA Ajustado¹ | 148.274 | 140.763 | 5,3% |
| Margem EBITDA Ajustada | -0,65% | 68,2% | -3,1 p.p. |

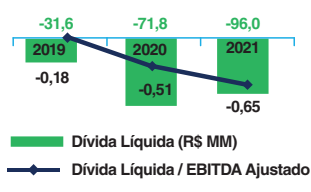
6.6 Disponibilidade e Endividamento

6.7 Captações de recursos

Todos os financiamentos obtidos pela companhia foram devidamente quitados.

6.7.2 Disponibilidade e Endividamento Consolidado

| Endividamento - R\$ mil | 2021 | 2020 | Δ% |
|---|-----------------|-----------------|---------------|
| Curto Prazo | 14.082 | 23.387 | -39,8% |
| Empréstimos e Financiamento | - | 1.384 | -100,0% |
| Debêntures | 14.082 | 22.003 | -36,0% |
| Longo Prazo | - | - | 0,0% |
| Empréstimos e Financiamento | - | - | 0,0% |
| Debêntures | - | - | 0,0% |
| Dívida Bruta | 14.082 | 23.387 | -39,8% |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 110.042 | 95.227 | 17,6% |
| Dívida Líquida | (95.960) | (71.839) | 33,6% |
| EBITDA Ajustado | 148.274 | 140.763 | 5,3% |
| Dívida Líquida / EBITDA Ajustado | 0,65 | -0,51 | 26,8% |



A Companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 110,0M, superando o saldo de 2020 em R\$ 14,8M. O crescimento do saldo deve-se ao maior recebimento com receita de pedágio, devido ao aumento no tráfego de veículos.

O saldo da dívida bruta em dezembro/2021 é de R\$ 14,1M, uma redução de R\$ 9,3M em relação ao saldo de dezembro/2020.

A relação Dívida Líquida/EBITDA de 2021 apresentou o indicador de -0,65 contra -0,51 de 2020.

A remuneração das debêntures é realizada por meio de participação nos resultados da Companhia.

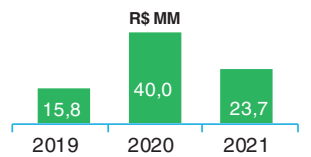
6.7 Principais Investimentos

Dentre as obras realizadas desde o início da concessão até dez/2021, destacam-se: Construção de 5 viadutos, construção de 22 passarelas, 204 pontos de contenção de encosta, 16,35 quilômetros de ruas laterais, 351,732 m2 de reconstrução do pavimento, 105,575 m3 de recapeamento, iluminação de 40 quilômetros da rodovia, e 9,7 quilômetros de construção da terceira faixa na serra.

Durante o ano de 2021, foram investidos R\$ 23,7M, com destaque para as obras de micro revestimento, contenção de encostas e de reconstrução dos pavimentos rígido e flexível. Esses investimentos têm como objetivo a melhoria no fluxo de veículos e o aumento da segurança dos usuários que trafegam na rodovia.

Os investimentos realizados estiveram em conformidade com o previsto no contrato de concessão aprovado na última revisão.

| Investimentos - R\$ milhões | 2021 | 2020 | Δ% |
|---|---------------|---------------|-------------|
| Ampliação da Rodovia | 5.111 | 14.606 | -65% |
| Contenções de encostas | 984 | 2.723 | -64% |
| Reconstrução do pavimento flexível e rígido | 17.589 | 22.711 | -63% |
| Total | 23.684 | 40.040 | -41% |



7. GESTÃO ESTRATÉGICA

7.1 Estratégia

7.1.1 Planejamento Empresarial

A Companhia tem obtido sucesso sistematicamente na obtenção das metas empresariais fixadas pelo Conselho de Administração, buscando adaptar-se rapidamente às mudanças decorrentes do cenário econômico e em função das demandas decorrentes da agência reguladora na execução do contrato de concessão.

7.2 Política de Distribuição de Resultados

7.2.1 Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. A Companhia tem buscado maximizar a distribuição de dividendos, após atendimento das exigências contratuais, legais e operacionais, tendo como meta a distribuição anual mínima de 75% do resultado após constituição das reservas legais e estatutárias.

7.2.2 Remuneração das Debêntures

Cada debênture terá direito à participação nos lucros da companhia, após constituição das reservas legais e estatutárias, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela CRT de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela empresa a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações. A participação nos lucros é calculada de acordo com a seguinte fórmula: (R = 4,1180175 x D).

7.2.3 Atribuições no ano

O montante atribuído aos Acionistas e a remuneração dos Debenturistas referente ao resultado de 2021 totalizaram R\$ 93,3M (acionistas R\$ 55,3M e debenturistas R\$ 38M), calculados na base de 100% do resultado.

7.3 Ética e Transparência

A CRT lançou em 2015 seu Código de Ética e Conduta direcionado a todos os colaboradores, diretores, conselheiros e acionistas, bem como aos seus prestadores de serviços e fornecedores. O projeto teve início em 2013 com a promulgação da Lei Anticorrupção nº 12.846 de 02/08/2013, à qual a Companhia buscou manter total aderência aos seus princípios. O Código de Ética e Conduta aponta importantes diretrizes e normas para garantir o combate à corrupção, assim como quaisquer outras ações (mesmo realizadas por outra empresa privada) que causem prejuízos à CRT e/ou propiciem vantagens indevidas aos seus colaboradores, diretores, conselheiros, acionistas ou quaisquer terceiros.

Após a realização do treinamento de todos os colaboradores, o Código de Ética e Conduta foi disponibilizado juntamente com um canal de denúncias gerenciado por empresa externa, independente e especializada, a fim de garantir o anonimato e eficiência no processamento destas.

Em 2020 e 2021 a CRT atualizou suas políticas de Compliance, implementou mecanismos para atender a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, manteve todos os funcionários atualizados por meio de veiculação de conteúdo digital e promoveu treinamento em sala de aula virtual para funcionários e terceiros.

7.4 Recursos Humanos

A Companhia encerrou o ano de 2021 com o efetivo de 275 funcionários, maior parte residente no município de Magé e adjacências.

Em 2021, a CRT deu continuidade ao Programa de Qualidade de Vida (gestão da saúde e estilos de vida) implementado em 2008. A massoterapia e o programa de correção postural foram suspensos devido a pandemia e a ginástica laboral passou a ser realizada de forma online. Foram mantidos os benefícios subsidiados de plano médico e seguro de vida, bem como, a política de subvenção educacional, além do Vale Transporte e do Vale Refeição determinados em convenção.

Em razão da pandemia, a CRT manteve os funcionários que realizam atividades administrativas em sistema de teletrabalho.

A CRT criou um comitê de crise para avaliar as medidas necessárias, tendo elaborado um Plano de Contingência específico para minimizar o contágio do coronavírus. Uma série de medidas foram adotadas com avaliação constante dos impactos e providências necessárias para gestão da Companhia frente os desafios da propagação da Covid-19.

7.5 Ferramentas de Gestão

• **Monitoramento das Condições Climáticas Associadas às Condições Geológicas-Geotécnicas** - vem sendo desenvolvido desde 2006, com estações meteorológicas que monitoram as condições climáticas e sua associação às condições geológicas a partir da correlação entre as chuvas e o histórico de deslizamentos no trecho da Serra. Com isso, busca-se reduzir possíveis acidentes ocasionados por fortes chuvas no local. A partir desse programa que compõe a gestão de riscos da CRT, desenvolvido por convênio de cooperação técnica entre a CRT e a ANTT com o INMET e a COPPE/UFRRJ, foram desenvolvidos modelos de previsibilidade de temporais e acidentes geológicos, assim como foi estabelecido o alerta meteorológico para os setores de operações e de engenharia. Baseadas em estudos prévios, estão instaladas 8 (oito) estações meteorológicas, 2 (dois) pluviômetros, 10 (dez) inclinômetros em encostas, 14 (quatorze) piezômetros tipo corda vibrante, 34 (trinta e quatro) piezômetros tipo Casagrande e 29 (vinte e nove) medidores de nível d'água. Os dados obtidos pelas estações meteorológicas, assim como por informações dos principais centros de previsão do tempo e do sistema de comunicação com a CRT, possibilitam o envio online de boletins atualizados à área técnica e operacional da concessionária, com a análise instantânea sobre as condições climáticas, permitindo a adoção de medidas preventivas, minimizando os impactos na rodovia.

7.6 Governança Corporativa

7.6.1 Conselho de Administração

A CRT conta com um Conselho de Administração que se reúne mensalmente, ou sempre que necessário, e é composto por 7 (sete) conselheiros representantes dos acionistas controladores, minoritários e debenturistas, com uma organização e procedimentos de registro e tomada de decisão em conformidade com as melhores práticas de Governança Corporativa.

7.6.2 Comitê Jurídico

Criado em agosto/15, o comitê jurídico é composto por advogados indicados pelo Conselho de Administração com o objetivo de avaliar, propor e validar estratégias jurídicas a serem adotadas pela CRT em temas previamente escolhidos.

7.6.3 Comitê de Conduta e Ética

CRT

Concessionária Rio Teresópolis S/A
 COMPANHIA ABERTA
 CNPJ Nº 00.938.574/0001-05 NIRE Nº 3330016228-3
 REG. CVM Nº 01920-8

76.5 Assembleia dos Debenturistas
 Em conformidade com a escritura de emissão das debêntures, os debenturistas se reúnem previamente para deliberar sobre os temas previstos na referida escritura, de forma a orientar o voto dos debenturistas representados no Conselho de Administração da CRT.

76.6 Outros Comitês
 A Companhia, sempre que solicitada, participa dos comitês de governança dos acionistas e investidores. Para mais informações sobre a governança da CRT, consulte o site www.crt.com.br, na seção Relações com Investidores.

77 Responsabilidade Social e Ambiental
 Durante 2021 em razão da pandemia não houve patrocínio de projetos sociais. Na área ambiental, podemos destacar:
Programa de Educação Ambiental em escolas da região
 Contratação de empresa terceirizada com o intuito, em período de pandemia, em proporcionar um aprendizado de qualidade por meio de atividades lúdicas e interativas, que abordam as temáticas sobre os ecossistemas e educação no trânsito, contribuindo para o fortalecimento da educação ambiental regional. Foram beneficiadas as turmas do 6º, 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental II dos municípios de Guapimirim e Teresópolis.

Operação Fumaça zero em parceria com INEA
 Apoio na divulgação das ações de conscientização e Prevenção das Queimadas e Incêndios Florestais na Região Serrana e Centro Sul do Estado do Rio de Janeiro, nas quais as cidades de Teresópolis, Guapimirim, Sapucaia, SJVRP e Carmo encontram-se inseridas.
 Operação Fumaça Zero visa atender os dispositivos da Lei Estadual nº9.0001/2020, que instituiu, no Estado do Rio de Janeiro a Semana Estadual de conscientização, prevenção e combate a prática de queimadas. Segundo o art. 4º da referida legislação. Os recursos necessários para atender as despesas com a execução desta lei poderão ser obtidos mediante parceria com empresas de iniciativa privada ou governamental. Ademais, em 2020, a Operação Fumaça Zero reduziu em 50% as ocorrências de fogo em vegetação na Região. A meta em 2021 será reduzir em 30% as ocorrências em relação a 2020.
 Período do evento: 22/07/2021
 Link do evento: <https://www.netdiario.com.br/noticias/instituto-estadual-do-ambiente-promove-dia-d-da-operacao-fumaca-zero>

Aniversário PARNASO
 Apoio com a doação de 70 mudas para a realização de plantio de árvores nativas da Mata Atlântica além de gerar a conscientização sobre a importância de se preservar o meio ambiente em parceria com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

Período do evento: 28/08/2021.
 Em comemoração ao aniversário de 14 anos do ICMBio, o Núcleo de Gestão Integrada do PARNASO juntamente voluntários realizou o plantio de mudas da mata Atlântica, com o intuito de celebrar junto a comunidade a diversidade social, cultural e ambiental do território.
 Link do evento: https://www.instagram.com/p/CTFr4PFpDDm/?utm_medium=share_sheet

Mutirão de limpeza em bairros lineiros
 Gerar a conscientização sobre a importância de se preservar o meio ambiente como forma de prevenir tragédias em comunidades próximas a encostas, quando da ocorrência de chuvas fortes, ocorrido no bairro Vale da Revolta, na cidade de Teresópolis/RJ.

Projeto Fauna Viva, que existe desde 2008 e conta com o apoio e a colaboração do Instituto Chico Mendes, do IBAMA, do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Laboratório de Anatomia.
 O objetivo central é identificar e monitorar os animais silvestres atropelados na BR-116/RJ e os pontos com maior incidência desse tipo de acidente. Dessa forma, busca-se informações para embasar o planejamento e a execução de ações que ajudem na redução dessas ocorrências, como, por exemplo, a implantação de dispositivos que permitam a travessia segura dos animais. Outro desdobramento do projeto é resgatar espécies saudáveis feridas ou em perigo no entorno da rodovia.
 O Projeto Fauna Viva é realizado na BR-116/RJ, trecho Rio-Teresópolis - Além Paraíba, totalizando 142,5 quilômetros. A área de estudo inicia-se no município de Duque de Caxias e atravessa os municípios de Magé, Guapimirim, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto e Sapucaia.
 O trecho abriga uma das maiores reservas de Mata Atlântica do País - o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO). Ali vivem várias espécies como a onça-parda, macaco muriqui, preguiça, cachorro do mato além de diversas aves. Algumas espécies correm um risco maior de serem impactadas pelos atropelamentos na área da rodovia, como o macaco bugio, preguiça, cachorro-do-mato, tatu-gaiinha, gambá, ouriço-cacheiro, gaviões, e corujas de diversas espécies.
 A seguir, demais projetos em andamento na área ambiental:
 ✓ Programa de Monitoramento Pluviométrico;
 ✓ Programa de Implantação de Espécies Nativas da Mata Atlântica;
 ✓ Programa de Controle Ambiental;
 ✓ Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social;
 ✓ Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
 ✓ Programa de Controle e Gerenciamento de Resíduos.
 A sustentabilidade também é uma prática constante na CRT. Pelo projeto de compostagem, as sobras de alimentos geradas no restaurante da empresa são transformadas em composto orgânico para utilizar no plantio e manutenção das espécies cultivadas no horto florestal. Essas espécies são utilizadas em plantios compensatórios e paisagísticos, e aplicadas como barreira antifusca na rodovia.

| 78 Concessionária em números | | Tabela - Rodovias Dados anuais | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--|--------------------------------|---------|---------|---------|--------|--------|--------|-----------|--------|--------|--|-------------------------|------------|----------------------|------|-----------------------|------|-----------------------|--------|--------------|--------------|------|-----------|---------|---------|---------|---------|--------|--------|--------|-----------|--------|--------|--------|--------|
| Quilômetros de rodovia | 142,5 km de extensão - BR - 116/RJ, trecho Além Paraíba - Teresópolis - Entroncamento c/ a BR 040/RJ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Número de veículos que transitaram | <table border="1"> <thead> <tr> <th>EIXOS QUANT.</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> <th>5</th> <th>6</th> <th>7</th> <th>8</th> <th>10+</th> <th>TOTAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>7.689.029</td> <td>340.362</td> <td>257.442</td> <td>142.018</td> <td>234.205</td> <td>38.565</td> <td>1.346</td> <td>34.604</td> <td>8.737.571</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | | | | EIXOS QUANT. | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 10+ | TOTAL | | 7.689.029 | 340.362 | 257.442 | 142.018 | 234.205 | 38.565 | 1.346 | 34.604 | 8.737.571 | | | | |
| EIXOS QUANT. | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 10+ | TOTAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 7.689.029 | 340.362 | 257.442 | 142.018 | 234.205 | 38.565 | 1.346 | 34.604 | 8.737.571 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Número de praças de pedágios | São 3 praças de Pedágio em operação, PN2 foi suspensa e PN3 não foi construída conforme determinação da ANTT. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tarifa | Praça de pedágio principal: Automóvel - R\$ 18,80; Comercial por eixo - R\$18,80; Motocicletas - R\$ 9,40 Praças de pedágio auxiliares: Automóvel - R\$ 13,10; Comercial por eixo - R\$ 13,10; Motocicletas - R\$ 6,55. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Número de quilômetros mantidos | 142,5 km | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Índice de congestionamento | <table border="1"> <thead> <tr> <th>ANO</th> <th>1996</th> <th>1997</th> <th>1998</th> <th>1999</th> <th>2000</th> <th>2001</th> <th>2002</th> <th>2003</th> <th>2004</th> <th>2005</th> <th>2006</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>18.325</td> <td>10.534</td> <td>7.843</td> <td>19.606</td> <td>20.067</td> <td>19.239</td> <td>12.039</td> <td>7.078</td> <td>7.213</td> <td>11.909</td> <td>9.891</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | | | | ANO | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | | 18.325 | 10.534 | 7.843 | 19.606 | 20.067 | 19.239 | 12.039 | 7.078 | 7.213 | 11.909 | 9.891 |
| ANO | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 18.325 | 10.534 | 7.843 | 19.606 | 20.067 | 19.239 | 12.039 | 7.078 | 7.213 | 11.909 | 9.891 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Trânsito Médio Diário Equivalente | <table border="1"> <thead> <tr> <th>ANO</th> <th>2007</th> <th>2008</th> <th>2009</th> <th>2010</th> <th>2011</th> <th>2012</th> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>14.247</td> <td>13.428</td> <td>22.423</td> <td>20.215</td> <td>57.737</td> <td>44.760</td> <td>45.788</td> <td>31.121</td> <td>35.210</td> <td>13.988</td> <td>20.470</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | | | | ANO | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | | 14.247 | 13.428 | 22.423 | 20.215 | 57.737 | 44.760 | 45.788 | 31.121 | 35.210 | 13.988 | 20.470 |
| ANO | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 14.247 | 13.428 | 22.423 | 20.215 | 57.737 | 44.760 | 45.788 | 31.121 | 35.210 | 13.988 | 20.470 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Trânsito Médio Anual Equivalente | <table border="1"> <thead> <tr> <th>ANO</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>11.415</td> <td>22.371</td> <td>40.203</td> <td>28.341</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | | | | ANO | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | 11.415 | 22.371 | 40.203 | 28.341 | | | | | | | | | | | | | | |
| ANO | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 11.415 | 22.371 | 40.203 | 28.341 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Equipes utilizadas pelo concessionário | 4 Bases Operacionais; 72 Câmeras de monitoramento; 3 Carros-resgate; 7 Estações meteorológicas; 9 Estações pluviométricas; 6 Guinchos; 6 Painéis de mensagens variáveis; 100 Telefones de emergência (calboxes); 1 UTI - Móvel; 5 Viaturas de Inspeção | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Índice de qualidade de estrada | 248.817 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita de Pedágio | 108.077 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custos associados às receitas de pedágio | 275 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fator Trabalho | 22.711 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Número de Trabalhadores | 47.100 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Pessoal | 49.978 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fator Capital | 97.078 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Depreciação/ Amortização | O método de Depreciação é o Linear. Para a Amortização, considera-se o prazo de concessão da rodovia. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ativo Líquido | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ativo Bruto | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Série Histórica dos Investimentos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fatores Intermediários | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas em Administração | 4.008 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas em Manutenção | 1.192 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas | 7.961 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Seguridade | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Quantidade de acidentes | <table border="1"> <thead> <tr> <th>Acidentes por Gravidade</th> <th>Quantidade</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Acidentes com Mortes</td> <td>28</td> </tr> <tr> <td>Acidentes com Feridos</td> <td>386</td> </tr> <tr> <td>Acidentes sem Feridos</td> <td>687</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1.101</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | | | | Acidentes por Gravidade | Quantidade | Acidentes com Mortes | 28 | Acidentes com Feridos | 386 | Acidentes sem Feridos | 687 | Total | 1.101 | | | | | | | | | | | | | | |
| Acidentes por Gravidade | Quantidade | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acidentes com Mortes | 28 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acidentes com Feridos | 386 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acidentes sem Feridos | 687 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total | 1.101 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Indicadores | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita por Veículo | 28,48 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo por veículo | 12,37 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

79 Balanço Social
CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S/A - CRT
Balanço Social
 Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em mil)

| 1 - Base de cálculo | 2021 - Valor | | | 2020 - Valor | | |
|--|---|---|---|---|-------------|------------|
| Faturamento bruto | 273.564 | | | 268.023 | | |
| Receita líquida (RL) | 248.762 | | | 245.240 | | |
| Resultado operacional (RO) | 108.478 | | | 58.313 | | |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | 19.100 | | | 14.381 | | |
| Folha de pagamento bruta - Total remunerações | 17.692 | | | 13.435 | | |
| 2 - Indicadores sociais internos | Valor | % sobre FPB | % sobre RL | Valor | % sobre FPB | % sobre RL |
| Alimentação | 1.337 | 7% | 1% | 1.299 | 9% | 1% |
| Encargos Sociais | 5.012 | 26% | 2% | 3.079 | 21% | 1% |
| Saúde | 2.275 | 12% | 1% | 1.694 | 12% | 1% |
| Segurança e Saúde no trabalho | 269 | 1% | 0% | 222 | 2% | 0% |
| Educação | 2 | 0% | 0% | 9 | 0% | 0% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 6 | 0% | 0% | 25 | 0% | 0% |
| Participação nos lucros ou resultados | 3.230 | 17% | 1% | 2.052 | 14% | 1% |
| Outros | 1.728 | 9% | 1% | 1.328 | 9% | 1% |
| Total - Indicadores sociais internos | 13.859 | 73% | 7% | 9.708 | 68% | 6% |
| 3 - Indicadores sociais externos | Valor | % sobre FPB | % sobre RL | Valor | % sobre FPB | % sobre RL |
| Cultura | - | - | 0% | - | - | - |
| Outros | 4 | 0% | 0% | 27 | 0% | 0% |
| Total de contribuições à sociedade | 4 | 0% | 0% | 27 | 0% | 0% |
| Tributos (Exceto encargos sociais) | 52.543 | 27% | 21% | 36.187 | 252% | 15% |
| Total - Indicadores sociais externos | 52.547 | 275% | 21% | 36.214 | 252% | 15% |
| 4 - Indicadores ambientais | Valor | % sobre FPB | % sobre RL | Valor | % sobre FPB | % sobre RL |
| Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária: | 1.020 | 5% | 0% | 755 | 5% | 0% |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos: | 611 | 3% | 0% | 697 | 5% | 0% |
| Total de investimentos em meio ambiente | 1.631 | 9% | 0% | 1.452 | 10% | 0% |
| Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, ou consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária: | (X) Cumpre de 75 a 100% | | | (X) Cumpre de 75 a 100% | | |
| () Não possui metas | | | | () Não possui metas | | |
| () Cumpre de 0 a 50% | | | | () Cumpre de 0 a 50% | | |
| () Cumpre de 50 a 75% | | | | () Cumpre de 50 a 75% | | |
| (X) Cumpre de 75 a 100% | | | | (X) Cumpre de 75 a 100% | | |
| 5 - Indicadores do corpo funcional | 2021 | | 2020 | | | |
| Nº de colaboradores ao final do período | 275 | 274 | | | | |
| Tempo de serviço | 7,64% até seis meses de seis meses a um ano | 0,36% até seis meses de seis meses a um ano | 1,09% até seis meses de seis meses a um ano | 5,11% até seis meses de seis meses a um ano | | |
| | 5,45% entre um e dois anos | 20,44% entre um e dois anos | | | | |
| | 38,18% entre dois e cinco anos | 27,74% entre dois e cinco anos | | | | |
| | 47,64% mais de cinco anos | 46,35% mais de cinco anos | | | | |
| Nº de admissões durante o período | 25 | 23 | | | | |
| Nº de demissões durante o período | 24 | 32 | | | | |
| Nº de estagiários (as) | - | 1 | | | | |
| Nº de colaboradores terceirizados | 514 | 519 | | | | |
| Nº de colaboradores com até 18 anos | 8 | - | | | | |
| Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos | 7 | 44 | | | | |
| Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos | 197 | 170 | | | | |
| Nº de colaboradores acima de 45 anos | 63 | 60 | | | | |
| Nº de mulheres que trabalham na Concessionária | 111 | 104 | | | | |
| % de cargos gerenciais ocupados por mulheres | 28,57% | 23,81% | | | | |
| Remuneração paga a mulheres no período | 271 | 215 | | | | |
| Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária | 39 | 43 | | | | |
| Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais | 8 | 8 | | | | |
| Total de horas extras trabalhadas | 1.797 | 1.874 | | | | |
| Total de horas extras pagas | 433 | 363 | 3% | 0% | | |
| Total de INSS pagos | 3.060 | 1.958 | 16% | 14% | | |
| Total de FGTS pago | 1.199 | 956 | 6% | 7% | | |
| Total de Contribuição Sindical paga | 205 | 226 | 1% | 2% | | |
| Total dos demais encargos sociais pagos | 483 | 310 | 3% | 2% | | |
| Total de ICMS recolhido no período | 738 | 1.491 | 4% | 10% | | |
| Total de IR recolhido no período | 22.152 | 10.948 | 116% | 76% | | |
| Total de CSLL recolhida no período | 7.957 | 4.076 | 42% | 28% | | |
| Total de PIS recolhida no período | 1.640 | 1.468 | 9% | 10% | | |
| Total de COFINS recolhida no período | 7.569 | 6.774 | 40% | 47% | | |
| Total de outros tributos recolhidos no período | 12.542 | 11.491 | 60% | 870% | | |

| 6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária | 58,12% | 61,84% |
| Número total de acidentes de trabalho | 1 | 2 |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | () direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores () direção e gerenciais () todos os colaboradores | (X) direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por: | (X) todos os colaboradores () todos + CIPA (X) não se envolve | (X) todos os colaboradores () todos + CIPA (X) não se envolve |
| Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária: | (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT | () segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT |
| A participação nos lucros ou resultados contempla: | () direção () direção e gerenciais (X) direção e todos os colaboradores | () direção () direção e gerenciais (X) direção e todos os colaboradores |
| Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária: | () não são considerados () sugeridos (X) não exigidos () não se envolve | () não são considerados () sugeridos (X) são exigidos () não se envolve |
| Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária: | () organiza e incentiva | (X) organiza e incentiva |
| % de reclamações e críticas solucionadas: | 73% na Concessionária - no PROCON 5% na Justiça | 75% na Concessionária 100% no PROCON 5% na Justiça |
| Valor adicionado total a distribuir: | 165.321 | 101.667 |
| Distribuição do Valor Adicionado | 34% governo 17% acionistas 13% colaboradores 16% terceiros 20% retido | 38% governo 19% acionistas 17% colaboradores 21% terceiros 5% retido |

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1 Prêmios e Reconhecimentos

• Em 2005, a CRT foi eleita a melhor concessionária federal, segundo pesquisa de avaliação da satisfação dos usuários de serviços das empresas de transporte terrestre, realizada entre os meses de junho e julho pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) por meio de empresa especializada.

• Em 2014, a pesquisa de satisfação foi realizada em todo o território nacional entre março e junho, com aplicação de, aproximadamente, 89 mil questionários junto a usuários de rodovias federais, transportes rodoviários de passageiros e transporte ferroviário de carga. No segmento de rodovias concedidas foram realizadas 11.947 entrevistas com motoristas amadores e profissionais, que avaliaram 49 trechos de 14 concessionárias. Como resultado da consulta, a Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) administrada pela Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) e a Rodovia Presidente Dutra (BR-116) foram apontadas como as melhores rodovias federais sob concessão no país, com a avaliação média geral de 7,1.

• Segundo a pesquisa IBOPE/2020, realizada a cada dois anos, conforme previsto no contrato de concessão, 84% dos entrevistados continuam avaliando positivamente as condições da estrada, e consideram a rodovia Ótima + Boa. Esse índice revela a satisfação de nossos usuários em relação aos investimentos e serviços prestados pela Companhia.

8.2 Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, BKR Lopes Machado Auditores, não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

8.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Concessionária Rio-Teresópolis S/A declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente da BKR Lopes Machado Auditores e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

8.4 Agradecimentos

Aproveitamos o ensejo para agradecer aos usuários da rodovia, ao permanente apoio dos acionistas, investidores, fornecedores, Poder Concedente e demais instituições governamentais, e a todos os nossos colaboradores pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| Ativo | Nota | 2021 | 2020 | Passivo | Nota | 2021 | 2020 |
|-----------------------------------|------|----------------|----------------|--|------|----------------|----------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 110.042 | 95.227 | Fornecedores | 11a | 2.473 | 1.946 |
| Créditos a receber | 6 | 14.708 | 14.037 | Arrendamento mercantil | 11b | 2.484 | 979 |
| Estoques | 7 | 1.380 | 1.214 | Empréstimos e financiamentos | 12 | - | 1.384 |
| Despesas antecipadas | | 1.585 | 218 | Remuneração a pagar a debenturistas | 16 | 6.414 | 3.512 |
| Impostos a recuperar | 8a | 108 | 1.008 | Instrumentos financeiros | 16 | 7.668 | 18.491 |
| Imposto de renda e CSLL diferidos | 8c | 1.054 | 3.828 | Salários, provisões e contribuições | 13 | 4.609 | 3.822 |
| Adiantamento a fornecedores | | 468 | 236 | Obrigações fiscais | 8b | 7.303 | 4.413 |
| Outros | | 759 | 685 | Provisão para manutenção | 15 | 294 | 656 |
| | | 130.104 | 116.453 | Dividendos | 11c | 6 | 6 |
| | | | | Outras obrigações a pagar | 11c | 2.226 | 2.049 |
| Não circulante | | | | | | 33.477 | 37.258 |
| Depósitos judiciais | 14 | 1.336 | 732 | Não circulante | | | |
| Outras contas a receber | | 1.520 | 1.430 | Obrigações legais decorrentes de processos judiciais | 14 | 7.628 | 8.912 |
| Imposto de renda e CSLL diferidos | 8c | 1.707 | 1.677 | | | 7.628 | 8.912 |
| Indenizações a receber | 14 | 2.606 | 3.981 | Patrimônio líquido | | | |
| Imobilizado | 9 | 777 | 1.566 | Capital social | 17a | 99.400 | 99.400 |
| Imobilizado - arrendamento | 9.1 | 2.691 | 780 | Reservas de capital | 17c | 3.596 | 3.596 |
| Intangível | 10 | 46.508 | 56.041 | Reservas de lucros | 17c | 43.148 | 33.494 |
| | | 57.145 | 66.207 | | | 146.144 | 136.490 |
| Total do ativo | | 187.249 | 182.660 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 187.249 | 182.660 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota | Capital social | Reserva de ágio | Legal | Restituição de capital | Reserva para investimento | Reserva retenção de lucros | Lucros acumulados | Total |
|--|------|----------------|-----------------|---------|------------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------|----------|
| Saldos em 01 de janeiro de 2020 | | 95.000 | 3.596 | 3.368 | 5.395 | 4.093 | 25.569 | - | 137.021 |
| Aumento de capital | | 4.400 | - | (2.256) | - | (2.144) | - | - | - |
| Dividendos de ex. anterior distribuídos no período | | - | - | - | - | - | (5.558) | - | (5.558) |
| Dividendos antecipados | | - | - | - | - | - | (4.487) | - | (4.487) |
| Dividendos pagos | | - | - | - | - | - | - | (15.225) | (15.225) |
| Dividendos adicionais propostos | | - | - | - | - | - | 6.866 | (6.866) | - |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | - | 24.739 | 24.739 |
| Apropriação do lucro do exercício | | | | | | | | | |
| Constituição de reservas | | - | - | 1.238 | 235 | 1.175 | - | (2.648) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | | 99.400 | 3.596 | 2.350 | 5.630 | 3.124 | 22.390 | - | 136.490 |
| Dividendos de ex. anterior distribuídos no período | | - | - | - | - | - | (2.379) | - | (2.379) |
| Dividendos antecipados | | - | - | - | - | - | (7.115) | - | (7.115) |
| Dividendos pagos | | - | - | - | - | - | - | (41.626) | (41.626) |
| Dividendos adicionais propostos | | - | - | - | - | - | 13.719 | (13.719) | - |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | - | 61.977 | 61.977 |
| Apropriação do lucro do exercício | | | | | | | | | |
| Constituição de reservas | | - | - | 3.099 | 589 | 2.944 | - | (6.632) | - |
| Outros resultados | | | | | | | | | |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | - | - | - | - | - | (1.203) | - | (1.203) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | | 99.400 | 3.596 | 5.449 | 6.219 | 6.068 | 25.412 | - | 146.144 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|------|----------|-----------|
| Receita de serviços | | 224.261 | 204.721 |
| Receita extraordinária | | 1.424 | 1.520 |
| Receita de construção | | 23.269 | 38.999 |
| Receita operacional líquida | 18 | 248.954 | 245.240 |
| Custo dos serviços | 19 | (84.808) | (123.097) |
| Custo de construção | 19 | (23.269) | (38.999) |
| Lucro bruto | | 140.877 | 83.144 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | |
| Gerais e administrativas | 20 | (22.925) | (18.733) |
| Depreciações e amortizações | | (3.516) | (4.021) |
| Participação de empregados | 22a | (3.230) | (2.052) |
| Outras receitas (despesas) operacionais - líquidas | | 2.113 | 3 |
| Lucro operacional | | 113.319 | 58.341 |
| Receitas financeiras | 21 | 17.523 | 2.693 |
| Despesas financeiras | 21 | (748) | (6.100) |
| Remuneração de debenturistas | 21 | (38.008) | (15.171) |
| Despesas financeiras, líquidas | | (21.233) | (18.578) |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 92.086 | 39.763 |
| Imposto de renda e contribuição social - correntes | 8d | (26.747) | (16.533) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferidos | 8c | (3.362) | 1.509 |
| Lucro líquido do exercício | | 61.977 | 24.739 |
| Lucro líquido por ação - básico | 23 | 755,56 | 301,58 |
| Ações preferenciais | | 686,84 | 274,16 |
| Lucro líquido por ação - diluído | 23 | 628,95 | 251,05 |
| Ações ordinárias | | 571,74 | 228,22 |

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

| | 2021 | 2020 |
|---|----------|----------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 92.086 | 39.763 |
| Depreciação e amortização | 36.986 | 82.234 |
| Baixa depreciação, amortização e intangível | 116 | (185) |
| Provisão para contingências | 1.340 | 1.215 |
| Reversão de contingências | (2.624) | (634) |
| Recapamento | 386 | 118 |
| Reversão recapamento | (748) | (99) |
| Juros e encargos financeiros | (1) | 500 |
| Encargos debêntures | 38.008 | 15.171 |
| Despesa financeira - debêntures | (12.646) | 4.986 |
| Lucro líquido ajustado | 152.903 | 143.069 |
| Variações nos ativos e passivos | | |
| Despesa antecipada | (1.367) | 2.960 |
| Créditos a receber | (671) | 894 |
| Adiantamento a fornecedor | (232) | 3 |
| Estoques | (166) | 37 |
| Depósitos e bloqueios judiciais | (604) | (22) |
| Indenizações a receber | 1.375 | - |
| Impostos a recuperar | 352 | (1.262) |
| Outros circulantes | (162) | 60 |
| Salários, provisões e contribuições sociais | 292 | (120) |
| Fornecedores | 527 | (302) |
| Impostos a recolher | 18 | (110) |
| Participação nos lucros dos resultados | 495 | 142 |
| Outras obrigações a pagar | 177 | 537 |
| | 34 | 2.817 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (23.327) | (16.002) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 129.610 | 129.884 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Adições de Imobilizado e Intangível | (28.691) | (40.240) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (28.691) | (40.240) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Amortizações de empréstimos | (1.365) | (8.187) |
| Pagamento de dividendos | (51.120) | (25.270) |
| Encargos e juros financeiros pagos a terceiros | (18) | (623) |
| Contratos de arrendamento | 1.505 | (3.458) |
| Remunerações pagas a debenturistas | (35.106) | (17.354) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | (86.104) | (54.892) |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos | 14.815 | 34.752 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | |
| Saldo no início do exercício | 95.227 | 60.475 |
| Saldo no final do exercício | 110.042 | 95.227 |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos | 14.815 | 34.752 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

| | 2021 | 2020 |
|--|----------|----------|
| Receitas | | |
| Receita bruta de serviços | 245.577 | 224.106 |
| Receitas extraordinárias | 1.478 | 1.666 |
| Outras receitas | 2.305 | 3 |
| Receita de construções | 23.269 | 38.999 |
| Insumos adquiridos de terceiros | | |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (45.170) | (37.854) |
| Custos contratuais da concessão | (6.923) | (7.019) |
| Custos construções | (23.269) | (38.999) |
| Valor adicionado bruto | 197.267 | 180.902 |
| Depreciação e amortização | (36.823) | (81.928) |
| Valor adicionado líquido produzido | 160.444 | 98.974 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | |
| Receitas financeiras | 17.523 | 2.693 |
| Valor adicionado total a distribuir | 177.967 | 101.667 |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal e encargos | 21.067 | 17.126 |
| Remuneração direta | 12.705 | 10.768 |
| Benefícios | 3.965 | 3.370 |
| FGTS | 1.167 | 936 |
| Participações de empregados e dirigentes | 3.230 | 2.052 |
| Impostos, taxas e contribuições | 56.122 | 38.479 |
| Federais | 43.024 | 25.694 |
| Estaduais | 738 | 1.491 |
| Municipais | 12.360 | 11.294 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 38.801 | 21.323 |
| Juros | 521 | 5.975 |
| Remuneração de debenturistas | 38.008 | 15.171 |
| Aluguéis | 272 | 177 |
| Remuneração de capitais próprios | 61.977 | 24.739 |
| Dividendos | 48.741 | 19.712 |
| Lucros retidos do exercício | 13.236 | 5.027 |
| Total do lucro distribuído | 177.967 | 101.667 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Informações Gerais

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. ("CRT" ou "Companhia") - foi constituída em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. A concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba-Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, teve início em 22 de março de 1996, em 18 de março de 2021 foi assinado o quinto termo aditivo ao contrato de concessão estendendo o prazo da concessão por 18 meses, com término em 21 de setembro de 2022, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão.

A CRT foi constituída sob a forma de "sociedade anônima", com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A sede está localizada na Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) S/Nº KM 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, Bongaba, Magé, RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Seu principal acionista é Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A - INVEPAR.

1.a) Prorrogação da Concessão (Nota 4)

A CRT assinou, em 18 de março de 2021, a prorrogação por mais 18 meses para exploração da Rodovia BR-116/RJ, de acordo com os termos do art. 32 da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017, tendo início no entroncamento com a Rodovia BR-040/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

1.b) Escritura de Emissão das Debêntures Conversíveis em ações preferenciais

Face ao desequilíbrio do contrato de concessão, da prorrogação da concessão e extensão de prazo, os debenturistas validaram o oitavo e nono aditivo da escritura de emissão das debêntures.

1.c) CRT Fundo de Investimentos e Participações (FIP)

Face ao desequilíbrio do contrato de concessão, da prorrogação da concessão e extensão de prazo, o Administrador do FIP adequou o regulamento do fundo aos eventos que poderão ocorrer conforme listados acima.

1.d) Efeitos da pandemia da COVID-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia. Dessa forma, os resultados da Companhia foram afetados, porém vêm apresentando recuperação do tráfego, observados nos últimos trimestres de 2021. Apesar dessa recuperação, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia.

A CRT criou um comitê de crise para avaliar as medidas necessárias, tendo elaborado um Plano de Contingência específico para o COVID-19, atendendo as recomendações da OMS e a legislação específica de cada Município que margeiam a rodovia. Foram tomadas uma série de medidas, dentre elas o "Trabalho Remoto", incluindo 100% dos colaboradores considerados do grupo de risco, antecipou férias, avaliou e adotou as medidas aplicáveis das medidas provisórias 927 e 936 de 2020 e implementou dispositivos de proteção coletiva e individual, buscando oferecer o máximo possível de segurança aos nossos colaboradores e usuários. Os serviços essenciais da rodovia foram mantidos da melhor maneira possível com o Comitê de Crise avaliando constantemente os impactos e as providências necessárias para gestão da companhia face ao COVID-19.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras foi concedida pelo conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2022.

2 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Bases de preparação

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.19. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards" (IFRS)), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), bem como as orientações específicas emanadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há normas IFRS/CPC e/ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderão ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia.

2.3 Aplicação financeira

A Companhia classifica sua aplicação financeira pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos no período. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações são reconhecidos no resultado do exercício.

2.4 Créditos a receber

Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio eletrônico, receitas alternativas, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio eletrônico são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Companhia conhece a abordagem simplificada conforme indicado pelo IFRS 9/CPC 48, que determina as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, porém por não considerar duvidosa a recuperação dos créditos, não constituiu provisão para perdas.

2.5 Estoques

Os estoques são apresentados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. O custo é determinado pelo método do custo médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.6 Ativos intangíveis

(a) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.



Concessionária Rio Teresópolis S/A

COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 00.938.574/0001-05 NIRE Nº 3330016228-3
REG. CVM Nº 01920-8



O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8 Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão para recuperação de ativos.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido dos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido dos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.9 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-los e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de doze meses. Caso contrário, as contas a pagar, são apresentadas como passivo não circulante. Normalmente é reconhecida pelo valor da fatura correspondente a aquisição.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecido na Demonstração do Resultado ou capitalizado durante a fase de construção, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

2.12 Tributação

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

| Nome do tributo | Sigla | Alíquotas |
|--|--------|--------------|
| Contribuição para o Programa de Integração Social | PIS | 0,65 e 1,65% |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social | COFINS | 3,00 e 7,60% |
| Imposto Sobre Serviço | ISS | 5% |

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções da receita bruta na Demonstração do Resultado, juntamente com o ISS.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

A tributação sobre o lucro do período compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), abrangendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos sobre as diferenças temporárias foram constituídos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. As projeções para geração de lucro tributável futuro estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e poderá ser baixado na medida em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para sua utilização. Os impostos diferidos ativos são revisados trimestralmente. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperado ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal que os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.13 Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados em conformidade com a política que atribui na parcela do lucro destinado aos acionistas após certos ajustes, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração.

2.14 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais, quando aplicável, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.15 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das classificações, levando em consideração o tipo de transação, tipo de cliente e as especificações de cada operação.

(a) Receita de serviços

A receita de serviços compreende a cobrança e pedágio e é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta, exatamente, os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A atividade da Companhia é alcançada pela ICPC01, sendo a receita de construção registrada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas Demonstrações do Resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos, cabendo à CRT a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

2.16 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da mesma observada as antecipações. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, mediante a recomendação/validação prévia do Conselho de Administração.

2.17 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão destas demonstrações financeiras.

2.18 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados pelo seu valor presente, e os circulantes somente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.19 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

a.1) Amortização do ativo intangível da concessão

No julgamento da Administração, o método que melhor reflete o consumo do ativo intangível é o método de amortização linear. Assim, os valores registrados como ativo intangível de concessão, são amortizados ao longo do período do contrato de concessão.

a.2) Efeitos da aplicação do CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro

O aditivo ao contrato de concessão ocasionou a mudança de estimativa da vida útil dos ativos amortizáveis e de consumo dos futuros benefícios econômicos incorporados nesses ativos, devido a prorrogação do prazo da concessão por mais 18 meses (conforme nota explicativa 1 e 4). O efeito de mudança na estimativa contábil está reconhecido no resultado, neste período, como despesa e o seu reflexo em períodos futuros será igualmente reconhecido no resultado.

b) Estimativas e premissas

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas que apresentam maior probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

b.1) Incertezas

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia, quando aplicável, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais, bem como a avaliação dos advogados externos. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

b.2) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável, em conformidade com o CPC 25. Na Nota 14 estão divulgados os montantes dos processos judiciais classificadas com risco de perda "possível", os quais poderão impactar o saldo da provisão para contingências no próximo exercício social, caso a sua probabilidade de perda seja reavaliada para "provável".

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.20 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.21 Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação. A classificação poderá ser da seguinte forma:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- Valor justo por meio do resultado.

Nesse sentido, a Companhia classificou seus ativos financeiros como “custo amortizado” (demais ativos financeiros). As receitas com juros provenientes dos ativos financeiros classificados como custo amortizado são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são apresentadas em uma conta separada na Demonstração do Resultado.

Os passivos financeiros foram classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, sendo mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.22 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.23 Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza a execução do contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

3 - Gestão de Risco Financeiro

a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Concessionária não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. A política da Companhia é a de manter o fluxo de empréstimos associado à taxa de juros fixa.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, contas a receber de empresas de arrecadação automática de pedágio e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com “rating” mínimo “A(bra)”. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela área financeira da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito comprometidas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do Balanço Patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em depósitos de curto prazo e títulos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A companhia não opera com derivativos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha aplicações em certificados de depósito bancário (CDB) de R\$ 103.811 (R\$ 90.530 em 2020), dos quais se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

3.1 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, foi requerido algum julgamento na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômica financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021 e não divergem, de forma significativa, do seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações com Poder Concedente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

| Operação | Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
|-------------------------------|------------------|---------------|---------------|
| Aplicação financeira | 103.811 | 103.811 | 103.811 |
| Taxa anual estimada do CDI | 4,42% | 3,32% | 2,21% |
| Efeito anual no caixa líquido | 4.588 | 3.447 | 2.294 |

A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI.

(c) Taxas de câmbio

A Companhia não possui operações de câmbio.

(d) Derivativos

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(e) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo debêntures, empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, podem ser assim resumidos:

| | 2021 | 2020 |
|--|-----------|----------|
| Debêntures (Nota 16) | 14.082 | 22.003 |
| Total dos empréstimos (Nota 12) | - | 1.384 |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) | (110.042) | (95.227) |
| Dívida líquida | (95.960) | (71.840) |
| Total do patrimônio líquido | 146.144 | 136.490 |
| Total do capital | 50.184 | 64.650 |
| Índice de alavancagem financeira | (1,91) | (1,11) |

Em 22 de julho de 2021, a classificadora de riscos Fitch Ratings afirmou, nesta data, o Rating Nacional de Longo Prazo “AAA (bra) da Concessionária Rio-Teresópolis S.A (CRT), com perspectiva estável.

4 - Contrato de Concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, sendo assinada sua prorrogação em 18 de março de 2021 por mais 18 meses, de acordo com os termos do art. 32 da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a Rodovia BR-040/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O quinto termo aditivo assinado em 18 de março de 2021 ao contrato de concessão, que estendeu o prazo do contrato de concessão pelo período de 18 (dezoito) meses também prevê a manutenção, operação e a conservação da rodovia, não havendo, no momento, previsão para novos investimentos.

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. Pelo convênio, a Companhia pode destinar até 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A Advocacia Geral da União emitiu parecer favorável à revisão dos contratos de concessão do setor de infraestrutura de transportes, permitindo a recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro, em função da pandemia do novo Coronavírus.

Em 28 de julho de 2020, a Agência Nacional de Transporte Terrestres – ANTT publicou a Portaria nº 052, que visa instituir o grupo de trabalho, para acompanhar a metodologia de cálculo do desequilíbrio econômico-financeiro decorrente dos efeitos extraordinários da pandemia do novo Coronavírus, sobre os contratos de concessão de exploração da infraestrutura rodoviária, geridos pela agência reguladora. A Companhia aguarda o posicionamento da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.





Concessionária Rio Teresópolis S/A

COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 00.938.574/0001-05 NIRE Nº 3330016228-3
REG. CVM Nº 01920-8



5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

| | 2021 | 2020 |
|--|----------------|---------------|
| Caixa e Bancos (VJR): | 6.231 | 4.697 |
| Aplicações Financeiras de curto prazo (VJR): | | |
| Banco Santander S.A. | 20.507 | 36.789 |
| Banco ABC Brasil S.A. | 57.893 | 53.741 |
| Banco Bradesco S.A. | 25.411 | - |
| Total das Aplicações | 103.811 | 90.530 |
| Total caixas, bancos e aplicações | 110.042 | 95.227 |

As aplicações financeiras são realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos entre 100,0% e 103,0% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos, se equipara ao seu valor de mercado.

6 - Créditos a Receber

| | 2021 | 2020 |
|--------------------|--------|--------|
| Pedágio eletrônico | 14.046 | 13.248 |
| Vale Pedágio | 613 | 761 |
| Outros | 49 | 28 |
| Total | 14.708 | 14.037 |

A Companhia vem operando desde o ano de 2009 com o sistema de cobrança eletrônica de pedágio Via Fácil. Em 18 de setembro de 2017, a CGMP (Centro de Gestão de Meios de Pagamento) incorporou a DBTRANS, responsável pelo sistema de vale pedágio utilizado pela Companhia desde 2011.

Além desses, a Companhia opera ainda com os pedágios eletrônicos Veleo, Conectcar, Move Mais, Greenpass e vale pedágio Visa Vale. Os valores repassados pelas administradoras são recebíveis em até 30 dias, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário sem a incidência de juros. A comissão sobre esta operação é cobrada diretamente do usuário.

A Companhia não registra provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos. Em 31 de dezembro de 2021, não há valores significativos em atraso.

7 - Estoques

| | 2021 | 2020 |
|---------------|-------|-------|
| Almoxarifado | 1.380 | 1.101 |
| Matéria-prima | - | 113 |
| Total | 1.380 | 1.214 |

Os estoques representam aquisições destinadas ao uso e consumo de materiais administrativos e os aplicados na manutenção da rodovia.

8 - Impostos, Taxas e Contribuições

a) Impostos a recuperar

| | 2021 | 2020 |
|---|------|-------|
| Imposto de Renda e Contribuição Social PIS e COFINS | 94 | 94 |
| ISS | - | 648 |
| ISS | - | 5 |
| IPTU | 14 | 14 |
| ICMS | - | 247 |
| Circulante | 108 | 1.008 |

b) Obrigações fiscais

| | 2021 | 2020 |
|---|-------|-------|
| Imposto de Renda e Contribuição Social PIS e COFINS | 4.999 | 2.127 |
| ISS | 943 | 903 |
| ISS | 1.334 | 1.365 |
| ICMS | 4 | - |
| IRRF | 23 | 18 |
| Circulante | 7.303 | 4.413 |

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro, reconhece, quando aplicável, créditos tributários, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, aprovada pela Administração. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente.

O quadro abaixo apresenta a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

| | 2021 | | | 2020 | | |
|--|------|------|-------|-------|-------|-------|
| | IRPJ | CSLL | Total | IRPJ | CSLL | Total |
| Ativo | | | | | | |
| IR e CSLL diferidos s/ Prov. Custo Manutenção | 71 | 26 | 97 | 18 | 6 | 24 |
| IR e CSLL diferidos s/ Remuneração Debenturistas | 1 | - | 1 | 35 | 13 | 48 |
| IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debentures | - | - | - | 3.546 | 1.277 | 4.823 |
| IR e CSLL diferidos s/ Arrendamento | 707 | 255 | 962 | 224 | 80 | 304 |
| Ativo circulante | 779 | 281 | 1.060 | 3.823 | 1.376 | 5.199 |
| Passivo | | | | | | |
| IR e CSLL diferidos Receita Financeira | 2 | 1 | 3 | 63 | 23 | 86 |
| IR e CSLL diferidos Amortização Intangível | 2 | 1 | 3 | 104 | 37 | 141 |
| IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debentures | - | - | - | 841 | 303 | 1.144 |
| Passivo circulante | 4 | 2 | 6 | 1.008 | 363 | 1.371 |
| Imposto diferido líquido ativo | 775 | 279 | 1.054 | 2.815 | 1.013 | 3.828 |

Os impostos diferidos anteriormente classificados no Não Circulante foram transferidos para o Circulante, no balanço patrimonial, em função das diferenças temporárias estarem intrinsecamente vinculadas ao Contrato de Concessão.

Não Circulante

| | 2021 | | | 2020 | | |
|--|-------|------|-------|-------|------|-------|
| | IRPJ | CSLL | Total | IRPJ | CSLL | Total |
| Ativo | | | | | | |
| IR e CSLL diferidos s/ Prov. Riscos | 1.907 | 687 | 2.594 | 2.228 | 802 | 3.030 |
| Ativo não circulante | 1.907 | 687 | 2.594 | 2.228 | 802 | 3.030 |
| Passivo | | | | | | |
| IR e CSLL diferidos s/ Reembolso de contingência | 652 | 235 | 887 | 995 | 358 | 1.353 |
| Passivo não circulante | 652 | 235 | 887 | 995 | 358 | 1.353 |
| Imposto diferido líquido ativo | 1.255 | 452 | 1.707 | 1.233 | 444 | 1.677 |

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como se segue:

| | 2021 | 2020 |
|--|-----------------|-----------------|
| Lucro antes da tributação | 92.086 | 39.763 |
| IR e CS sobre lucro líquido 34% | (31.309) | (13.519) |
| Despesas não dedutíveis diversas | (741) | (1.816) |
| Exclusões permanentes diversas | 544 | 600 |
| Efeitos adoção inicial Lei 12.973 para concessionárias | 194 | 593 |
| Ajustes IRPJ e CSLL exercícios anteriores | 468 | 224 |
| IRPJ e CSLL sobre contratos de arrendamento | 711 | (1.130) |
| Outros | 24 | 24 |
| IR e CS totais | (30.109) | (15.024) |
| Corrente | (26.747) | (16.533) |
| Diferido | (3.362) | 1.509 |

9 - Imobilizado

| | Equipamentos e Instalações | Computadores e Periféricos | Móveis e Utensílios | Veículos | Outros Imobilizados ¹ | Estoques para Imobilizações ² | Total |
|----------------------------------|----------------------------|----------------------------|---------------------|------------|----------------------------------|--|--------------|
| Em 1º de janeiro de 2020 | | | | | | | |
| Saldo inicial líquido | 813 | 496 | 158 | 428 | 65 | 196 | 2.156 |
| Aquisições | - | - | - | - | - | 117 | 117 |
| Transferências | 98 | 10 | 11 | - | - | (119) | - |
| Baixas | - | (19) | (3) | 3 | - | - | (19) |
| Depreciação | (183) | (184) | (31) | (243) | (9) | (50) | (700) |
| Baixas | - | 13 | (1) | - | - | - | 12 |
| Saldo contábil líquido | 728 | 316 | 134 | 188 | 56 | 144 | 1.566 |
| Em 31 de dezembro de 2020 | | | | | | | |
| Custo | 2.355 | 1.393 | 338 | 1.297 | 267 | 217 | 5.867 |
| Depreciação acumulada | (1.627) | (1.077) | (204) | (1.109) | (211) | (73) | (4.301) |
| Saldo contábil líquido | 728 | 316 | 134 | 188 | 56 | 144 | 1.566 |
| Em 1º de janeiro de 2021 | | | | | | | |
| Saldo inicial líquido | 728 | 316 | 134 | 188 | 56 | 144 | 1.566 |
| Aquisições | - | - | - | - | - | 52 | 52 |
| Transferências | (260) | (223) | (8) | - | - | (111) | (602) |
| Baixas | (281) | (13) | (6) | - | - | (21) | (321) |
| Depreciação | (141) | (108) | (28) | (176) | (10) | (36) | (499) |
| Transferências | 186 | 145 | 2 | - | - | 43 | 376 |
| Baixas | 183 | 12 | 4 | - | - | 6 | 205 |
| Saldo contábil líquido | 415 | 129 | 98 | 12 | 46 | 77 | 777 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | | | | | | | |
| Custo | 1.814 | 1.157 | 324 | 1.297 | 267 | 137 | 4.996 |
| Depreciação acumulada | (1.399) | (1.028) | (226) | (1.285) | (221) | (60) | (4.219) |
| Saldo contábil líquido | 415 | 129 | 98 | 12 | 46 | 77 | 777 |

¹ Referem-se as Imobilizações em andamento; Prédios e benfeitorias; Terrenos; Ferramentas e Software Business Intelligence. ² Referem-se as Imobilizações localizadas no almoxarifado; Móveis e utensílios, Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, entre outros bens adquiridos para futura utilização no ativo fixo. Os itens de ativo imobilizado referem-se a ativos que não estão vinculados diretamente a concessão. Anualmente, a Companhia avalia se existem evidências de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação e, quando aplicável, realiza teste de recuperação dos mesmos. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

9.1. Contratos de arrendamento

Identificamos R\$ 2.691 de compromissos com arrendamento mercantil operacional e este valor está sendo reconhecido no balanço patrimonial como direito de uso de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia provisionou o valor de R\$ 93 correspondente a pagamentos de arrendamento de curto prazo e de baixo valor, que são reconhecidos linearmente como uma despesa no resultado do exercício.

| | Veículos leves | Veículos pesados | Equipamentos | Total |
|----------------------------------|----------------|------------------|--------------|--------------|
| Em 1º de janeiro de 2020 | | | | |
| Saldo inicial | 658 | 3.436 | 30 | 4.124 |
| Custo | 338 | 2.170 | 116 | 2.624 |
| Aquisições | - | - | 82 | 82 |
| Depreciação | (882) | (4.940) | (228) | (6.050) |
| Saldo contábil líquido | 114 | 666 | - | 780 |
| Em 31 de dezembro de 2020 | | | | |
| Custo | 996 | 5.606 | 228 | 6.830 |
| Depreciação acumulada | (882) | (4.940) | (228) | (6.050) |
| Saldo contábil líquido | 114 | 666 | - | 780 |
| Em 1º de janeiro de 2021 | | | | |
| Saldo inicial líquido | 114 | 666 | - | 780 |
| Aquisições | 814 | 4.118 | 24 | 4.956 |
| Depreciação | (490) | (2.531) | (24) | (3.045) |
| Saldo contábil líquido | 438 | 2.253 | - | 2.691 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | | | | |
| Custo | 1.810 | 9.724 | 252 | 11.786 |
| Depreciação acumulada | (1.372) | (7.471) | (252) | (9.095) |
| Saldo contábil líquido | 438 | 2.253 | - | 2.691 |

10 - Intangível

| | Infraestrutura | | | Estoques para Imobilização ⁽¹⁾ | | Marcas e Software | | Total |
|----------------------------------|----------------|--------------|---------------|---|------------|-------------------|------------|---------------|
| | Recuperação | Operação | Melhoramentos | Outros ⁽²⁾ | Patentes | Software | | |
| Em 1º de janeiro de 2020 | | | | | | | | |
| Custo | 170.741 | 45.871 | 265.248 | 1.169 | 365 | 24 | 965 | 484.383 |
| Amortização acumulada | (130.513) | (37.045) | (222.323) | - | (56) | (8) | (520) | (390.465) |
| Saldo contábil líquido | 40.228 | 8.826 | 42.925 | 1.169 | 309 | 16 | 445 | 93.918 |
| Em 31 de dezembro de 2020 | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 40.228 | 8.826 | 42.925 | 1.169 | 309 | 16 | 445 | 93.918 |
| Aquisições | - | 8 | - | 38.999 | 1.034 | - | - | 40.041 |
| Transferências | 35.732 | 1.790 | 328 | (36.902) | (952) | - | - | (4) |
| Baixas | - | (13) | - | - | - | - | - | (13) |
| Amortização | (34.844) | (8.285) | (34.500) | - | (308) | - | (169) | (78.106) |
| Baixas | 194 | 11 | - | - | - | - | - | 205 |
| Saldo contábil líquido | 41.310 | 2.337 | 8.753 | 3.266 | 83 | 16 | 276 | 56.041 |

| | Infraestrutura | | | | Estoques para Imobilização ⁽¹⁾ | Marcas e Patentes | Software | Total |
|----------------------------------|----------------|--------------|---------------|-----------------------|---|-------------------|------------|---------------|
| | Recuperação | Operação | Melhoramentos | Outros ⁽²⁾ | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2020 | | | | | | | | |
| Custo | 206.473 | 47.656 | 265.576 | 3.266 | 447 | 24 | 965 | 524.407 |
| Amortização acumulada | (165.163) | (45.319) | (256.823) | - | (364) | (8) | (689) | (468.366) |
| Saldo contábil líquido | 41.310 | 2.337 | 8.753 | 3.266 | 83 | 16 | 276 | 56.041 |
| Em 1º de janeiro de 2021 | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 41.310 | 2.337 | 8.753 | 3.266 | 83 | 16 | 276 | 56.041 |
| Aquisições | - | - | - | 23.268 | 362 | - | 53 | 23.683 |
| Transferências | 21.785 | 1.451 | 2.461 | (24.550) | (545) | - | - | 602 |
| Baixas | - | (31) | - | - | - | - | - | (31) |
| Amortização | (25.871) | (1.703) | (5.629) | - | (94) | - | (145) | (33.442) |
| Transferências | - | (684) | - | - | 308 | - | - | (376) |
| Baixas | - | 31 | - | - | - | - | - | 31 |
| Saldo contábil líquido | 37.224 | 1.401 | 5.585 | 1.984 | 114 | 16 | 184 | 46.508 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | | | | | | | | |
| Custo | 228.258 | 49.076 | 268.037 | 1.984 | 264 | 24 | 1.018 | 548.661 |
| Amortização acumulada | (191.034) | (47.675) | (262.452) | - | (150) | (8) | (834) | (502.153) |
| Saldo contábil líquido | 37.224 | 1.401 | 5.585 | 1.984 | 114 | 16 | 184 | 46.508 |

Para os itens do Intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores recuperáveis, a Companhia realiza testes de recuperabilidade para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram identificadas evidências de que os saldos contábeis dos ativos corpóreos ou intangíveis estivessem registrados a valores superiores aos seus valores de recuperação. Não houve capitalização de encargos financeiros que incorrem sobre financiamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

11 - Fornecedores, Arrendamento Mercantil e outras Obrigações: a) Fornecedores

| | 2021 | 2020 |
|--------------|-------|-------|
| Fornecedores | 2.473 | 1.946 |



Concessionária Rio Teresópolis S/A

COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 00.938.574/0001-05 NIRE Nº 3330016228-3
REG. CVM Nº 01920-8



5) Valor nominal (em R\$): (Cláusula 2.8): As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 560,55, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.949, sendo que após o cancelamento de 9.420 Debêntures o valor nominal total passou a R\$ 7.668.

6) Prêmio de emissão (em R\$): (Cláusula 2.9): As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2.165,13 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014, sendo que após o cancelamento de 9.420 Debêntures o prêmio de emissão total passou a R\$ 29.619.

7) Vencimento final: (Cláusula 2.18): Vencimento: Conforme facultado pelo art. 55, § 4º da Lei nº 6.404/76, as Debêntures somente vencerão quando da dissolução da EMISSORA, por qualquer razão, ressalvado o disposto no item 2.21.

8) Vencimento Antecipado: (Cláusulas 2.19 & 2.20): 2.19 – Vencimento Antecipado. Na hipótese de dissolução da Emissora ou descumprimento das obrigações previstas na Cláusula 2.16, observado o disposto nas Cláusulas IV.4 e IV.5 da presente Escritura, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Todavia, tal declaração de vencimento antecipado será vedada ao Agente Fiduciário no caso previsto na Cláusula 2.19.1 abaixo e no caso de o inadimplemento, pela Emissora, das obrigações previstas na Cláusula 2.16 decorrer do fato de tais obrigações serem incompatíveis: (i) com a disponibilidade financeira da Emissora (desde que, nesta hipótese, o inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 não ocorra por período superior a 3 (três) exercícios sociais consecutivos); e/ou (ii) com os compromissos contratuais e/ou de investimentos da Emissora decorrentes do Contrato de Financiamento e/ou do Contrato de Concessão.

2.19.1 Observado o disposto na Cláusula 2.19 acima e nas Cláusulas IV.4 e IV.5 da presente Escritura, o inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 por período superior a 3 (três) exercícios sociais consecutivos não acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, desde que: (i) por indisponibilidade financeira da Emissora decorrente do descumprimento de quaisquer obrigações da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em relação ao Contrato de Concessão; (ii) por indisponibilidade financeira da Emissora decorrente de quaisquer pleitos judiciais ou administrativos da Emissora para o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão; e (iii) por indisponibilidade financeira da Emissora decorrente de demandas judiciais cujo objeto seja o recebimento de quaisquer créditos de titularidade da Emissora.

9) Conversibilidade: (Cláusula 2.11.1.): Os detentores das Debêntures poderão solicitar a conversão de suas Debêntures em ações preferenciais da Emissora a partir de 15 de maio de 2002, sendo certo que, conforme previsto na Cláusula 2.11.4 abaixo, a conversão ocorrerá de forma automática e obrigatória com relação à totalidade das Debêntures em circulação no Deadline (conforme definido abaixo) ("Conversão Automática"), observando o disposto nos demais subitens da Cláusula 2.11 desta Escritura.

(Cláusula 2.11.4): Aberto o prazo na forma do item 2.11.1 supra, a conversão de Debêntures em ações da EMISSORA deverá obrigatoriamente ser realizada no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da distribuição, pela Emissora aos Debenturistas, do resultado líquido dos créditos recebidos da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em razão do Contrato de Concessão de Serviço Público Precedido de Obra Pública entre a União, por Intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e a Concessionária Rio-Teresópolis S.A., datado de 22 de novembro de 1995, incluindo eventuais aditivos celebrados (respectivamente, "Deadline" e "Contrato de Concessão"), observado o disposto nos subitens deste item 2.11.4 e, ainda, o disposto no item 2.14 quanto à forma de remuneração. (Cláusula 2.11.5.): Cada uma das Debêntures será conversível em 4,1225 novas ações preferenciais classe A, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da EMISSORA, com as mesmas características das ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora da presente Escritura. Caso a conversão das Debêntures resulte em número fracionário de ação, a parcela correspondente a tal fração será devida em moeda corrente nacional, na data da solicitação de conversão, devendo o pagamento ser realizado até o 5º dia útil subsequente à data de conversão, tendo por base o valor patrimonial da ação. Quando o somatório das frações oriundas de conversões de cada debenturista for superior a 1 (uma) ação, este não mais terá direito ao pagamento em moeda corrente nacional da fração que exceder a 1 (uma) ação.

10) Destinação dos Recursos: (Cláusula 2.12): Destinação dos Recursos: Os recursos captados pela EMISSORA em decorrência da presente emissão serão integralmente destinados da seguinte forma: (i) até R\$ 12.948.705,00 (doze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinco reais) para liquidação de obrigações contratuais da Emissora; e (ii) o saldo remanescente será utilizado para o resgate, sem redução de capital, à conta de reserva de capital a ser formada com o prêmio de emissão das Debêntures, de 92.400 (noventa e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais classe A representativas do capital social da EMISSORA, perfazendo o preço de resgate máximo total de R\$ 50.014.503,00 (cinquenta milhões, quatorze mil, quinhentos e três reais).

(Cláusula 2.12.2): A EMISSORA obriga-se a resgatar as ações preferenciais classe A de sua emissão, conforme descrito na Cláusula 2.12 acima, em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do Anúncio de Encerramento de Distribuição ou em até 10 (dias) anteriores a distribuição de participação nos lucros da Companhia referente ao 3º trimestre de 2002, prevalecendo a data que ocorrer primeiro.

11) Remuneração: (Cláusula 2.16): Participação nos Lucros: Cada Debênture terá direito à participação nos lucros da EMISSORA, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura, sempre de forma a que cada Debenturista receba a mesma remuneração bruta a que teria direito se já houvesse convertido a totalidade de suas Debêntures em ações preferenciais classe A da EMISSORA, nas bases de conversão estabelecidas na Cláusula 2.11.5, sendo a participação nos lucros calculada de acordo com a seguinte fórmula, observado o disposto na Cláusula 2.14.1 desta Escritura:

- a. Para as participações nos lucros dos exercícios sociais findos até 31 de dezembro de 2003:
R = 4 x D
b. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2004:
R = 4,1233189 x D
c. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2005:
R = 4,1180175 x D

Onde:
R = remuneração total de cada Debênture; e
D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura.

(Cláusula 2.16.1): Para fins dos dispostos na Cláusula 2.16 acima, as distribuições de dividendos e participação nos lucros da Emissora, que ocorrerem durante o prazo de colocação das Debêntures e anteriormente ao efetivo resgate das ações preferenciais classe A da Emissora, conforme Cláusula 2.12.2 acima, terão por base o número de ações no qual o capital social da Emissora restaria dividido se, cumulativamente: (a) o resgate das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia já houvesse sido efetuado na forma originalmente prevista pela Cláusula 2.12 da Escritura de Emissão; e (b) todos os debenturistas tivessem convertido suas debêntures em ações preferenciais classe A da Emissora.

(Cláusula 2.14): Remuneração: A remuneração das Debêntures será exclusivamente aquela estabelecida na Cláusula 2.16 infra, não fazendo jus a juros ou a qualquer outra remuneração, fixa ou variável.

12) Compromisso de Distribuição: (Cláusula 2.17): A Emissora distribuirá a seus acionistas e aos Debenturistas, no conjunto, uma quantia global correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do que teria sido - após a compensação de prejuízos acumulados e da provisão para o pagamento do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro e de qualquer outro tributo que venha a ser criado - o seu lucro líquido no exercício, com os ajustes do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As distribuições a que se refere esta Cláusula serão realizadas trimestralmente, por conta da distribuição anual, que será por ocasião da aprovação do balanço de cada exercício social, respeitadas as determinações legais e a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Emissora.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

Face a aprovação do oitavo e nono aditivo da escritura de emissão das debêntures em 18 março de 2021, que alterou o prazo de conversão (nota explicativa 01) e também devido à atual inaplicabilidade e inefetividade da cláusula de vencimento antecipado, a Companhia reverteu o valor de atualização das debêntures, restando como passivo, o valor nominal e as obrigações de remuneração das debêntures que não se alteraram.

As debêntures conversíveis representam um instrumento financeiro composto em conformidade com a essência dos termos contratuais e as definições do CPC 39.AG30 & AG31, por conter as características de patrimônio líquido e de dívida. Com relação à mensuração subsequente do instrumento patrimonial (opção de conversão) a Companhia atende ao CPC 39.36 que indica que as alterações de valor justo de instrumentos patrimoniais não devem ser reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Colocação das debêntures
Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão, entretanto as demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas, no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures, e seus aditivos estão disponíveis no site da Companhia para consulta dos investidores no endereço www.crt.com.br, na seção de relação com investidores.

Quadro resumo

| Debêntures emitidas | Quantidade | Valor nominal unitário | Valor nominal - total | Valor unitário do prêmio | Valor do prêmio - total | Total geral |
|---------------------|------------|------------------------|-----------------------|--------------------------|-------------------------|-------------|
| | 23.100 | 0,56055 | 12.949 | 2,16513 | 50.014 | 62.963 |

| Debêntures canceladas | Quantidade | Valor nominal unitário | Valor nominal - total | Valor unitário do prêmio | Valor do prêmio - total | Total geral |
|-----------------------|------------|------------------------|-----------------------|--------------------------|-------------------------|-------------|
| | 9.420 | 0,56055 | 5.280 | 2,16513 | 20.396 | 25.676 |

| Debêntures em vigor | Quantidade | Valor nominal unitário | Valor nominal - total | Valor unitário do prêmio | Valor do prêmio - total | Total geral |
|---------------------|------------|------------------------|-----------------------|--------------------------|-------------------------|-------------|
| | 13.680 | 0,56055 | 7.668 | 2,16513 | 29.619 | 37.287 |

O valor nominal total de R\$ 7.668 (Não houve ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 18.491 em 2020), corresponde ao compromisso da Companhia com obrigação de remuneração com os debenturistas. O valor desta obrigação está sendo reconhecido no balanço patrimonial pelo seu custo amortizado. O quadro abaixo demonstra a movimentação da remuneração das debêntures:

| Instrumentos financeiros | Saldo Inicial 2021 | Adições | Reversão AVP | Transferências | Saldo Final 2021 |
|--------------------------------|--------------------|---------|--------------|----------------|------------------|
| Provisão de Passivo Circulante | 18.491 | - | (10.823) | - | 7.668 |

| Remuneração de debêntures | Saldo Inicial 2021 | Adições | Reversão AVP | Baixas | Saldo Final 2021 |
|-----------------------------|--------------------|---------|--------------|----------|------------------|
| Debêntures remuneração | 3.512 | 38.008 | - | (35.106) | 6.414 |
| Total de debêntures a pagar | 22.003 | 38.008 | (10.823) | (35.106) | 14.082 |

17 - Patrimônio Líquido

a) Capital social
O capital social é de R\$ 99.400, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.
Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 12 de março de 2021, foi deliberada a manutenção do capital social da Companhia em R\$ 99.400, não havendo alteração percentual na composição acionária. A composição acionária da Companhia está assim constituída:

| | 2021 | | | | 2020 | | | |
|---|---------------|------------|---------------|------------|---------------|------------|---------------|------------|
| | ON | % | PN | % | Total | % | Total | % |
| Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A - INVEPAR | 17.994 | 36,88 | 3.550 | 9,42 | 21.544 | 24,92 | 21.544 | 24,92 |
| Serra Concessões S/A | 10.264 | 21,04 | 8.202 | 21,77 | 18.466 | 21,36 | 18.466 | 21,36 |
| ROAD Participações em Concessionárias Ltda. | 8.569 | 17,57 | 5.800 | 15,40 | 14.369 | 16,62 | 14.369 | 16,62 |
| Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S/A | 10.264 | 21,04 | 8.201 | 21,76 | 18.465 | 21,35 | 18.465 | 21,35 |
| CRT - Fundo de Investimento em Participações | - | - | 9.526 | 25,28 | 9.526 | 11,02 | 9.526 | 11,02 |
| M.&G. Consultoria e Participações Ltda. | - | - | 711 | 1,89 | 711 | 0,82 | 711 | 0,82 |
| CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda. | 625 | 1,28 | 588 | 1,56 | 1.213 | 1,40 | 1.213 | 1,40 |
| ERG Participações Ltda. | 1.070 | 2,19 | 1.102 | 2,92 | 2.172 | 2,51 | 2.172 | 2,51 |
| Total | 48.786 | 100 | 37.680 | 100 | 86.466 | 100 | 86.466 | 100 |

b) Dividendo
E assegurado aos acionistas da Companhia dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendo com base nos lucros apurados nesses balanços e/ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, observado o disposto em Lei.
Consta também no estatuto social que o dividendo intermediário será sempre considerado como antecipação do dividendo obrigatório.

O total de dividendos provisionado foi calculado como segue:

| | 2021 | 2020 |
|---------------------------------------|---------|---------|
| Lucro líquido do período | 61.977 | 24.739 |
| Reserva legal | (3.099) | (1.238) |
| Base de cálculo | 58.878 | 23.501 |
| Percentual do dividendo | 25% | 25% |
| Valor do dividendo mínimo obrigatório | 14.720 | 5.875 |
| Dividendo adicional pago | 26.906 | 9.350 |
| Dividendo adicional proposto | 13.719 | 6.866 |
| Total de dividendos | 55.345 | 22.091 |

Para o exercício de 2021, a distribuição atribuída é de 100% sobre o lucro ajustado. O quadro acima demonstra os

dividendos mínimos obrigatórios, os dividendos adicionais pagos e os dividendos adicionais propostos.

Abaixo demonstramos a movimentação dos dividendos no período:

| | Saldo Inicial 2021 | Atribuídos | Pagos | Saldo Final 2021 |
|--------------------------------------|--------------------|------------|----------|------------------|
| Dividendo mínimo obrigatório a pagar | 6 | - | - | 6 |
| Dividendo de exercício anterior | - | 2.379 | (2.379) | - |
| Dividendo proposto | - | 41.626 | (41.626) | - |
| Dividendos antecipados | - | 7.115 | (7.115) | - |
| Total de dividendos | 6 | 51.120 | (51.120) | 6 |

c) Reservas
c.1) Reserva de ágio
Referente a ágio apurado na emissão de ações.

c.2) Reserva legal
Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social integralizado da Companhia.

c.3) Reserva de restituição de capital (estatutária)
Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.

c.4) Reserva para investimentos (estatutária)
Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

c.5) Reserva de retenção de lucros
Constituída para cobrir o orçamento de capital, previsto no Contrato de Concessão (PER), aprovado pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Legislação Societária.

As reservas encontram-se abaixo distribuídas:

| | 2021 | 2020 |
|-----------------------------------|--------|--------|
| Reserva de ágio | 3.596 | 3.596 |
| Reserva legal | 5.449 | 2.350 |
| Reserva de restituição de capital | 6.219 | 5.630 |
| Reserva para investimentos | 6.068 | 3.124 |
| Reserva de retenção de lucros | 25.412 | 22.390 |
| Total das reservas | 46.744 | 37.090 |

18 - Receitas

| | 2021 | 2020 |
|---------------------------------------|----------|----------|
| Receita de pedágio | 248.817 | 227.358 |
| Receita extraordinária | 1.478 | 1.666 |
| Receita de construção (*) | 23.269 | 38.999 |
| Tributos incidentes sobre as receitas | (21.370) | (19.531) |
| Abatimentos sobre receitas de pedágio | (3.240) | (3.252) |
| Receita líquida | 248.954 | 245.240 |

(*) O reconhecimento da receita de construção é realizado de acordo com a Interpretação Técnica ICPC01 (R1) – Contrato de Construção. Assim, todo o gasto de infraestrutura é reconhecido na receita de construção, sem acréscimo da margem. No caso da Companhia, como há terceirização da obra, o efeito do reconhecimento de uma margem calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventual custo de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra não é significativo. Em contrapartida, o reconhecimento do custo de construção é igual ao valor reconhecido como receita de construção.

Em 18 de março de 2021 entraram em vigor os novos valores referentes às tarifas básicas de pedágio, passando a ser R\$ 18,80 na praça principal e R\$ 13,10 nas praças auxiliares, conforme Deliberação nº 91 de 16 de março de 2021 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

19 - Custos

| | 2021 | 2020 |
|--|--------|--------|
| Custos associados às receitas de pedágio | | |
| Manutenção e conservação | | |
| Pessoal, encargos e benefícios | 2.780 | 2.791 |
| Prestadores de serviço (*) | 11.248 | 8.960 |
| Material, equipamento e veículos | 1.471 | 1.164 |
| Gastos gerais (*) | 5.920 | 3.272 |
| Depreciação e amortização (**) | 33.299 | 77.746 |
| | 54.718 | 94.383 |

(*) O aumento na rubrica Prestadores de serviço no período refere-se aos serviços de manutenção e conservação de sinalização horizontal no Km 144, e serviço de manutenção de OAE's. O aumento nos gastos gerais, em 2021, refere-se aos serviços de estabilização de encosta ao longo da rodovia, ocasionado pelo sinistro ocorrido.

(**) O aditivo ao contrato de concessão ocorrido em 18 de março de 2021 ocasionou a mudança de estimativa da vida útil dos ativos amortizáveis e de consumo dos futuros benefícios econômicos incorporados nesses ativos, devido a prorrogação do prazo da concessão por mais 18 meses (conforme nota explicativa 1 e 4). O efeito de mudança na estimativa contábil é prospectivo e está reconhecido no resultado, neste exercício, como despesa e o seu reflexo em períodos e exercícios futuros será igualmente reconhecido no resultado.

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|--------|--------|
| Custo de operação | | |
| Pessoal, encargos e benefícios | 7.488 | 6.902 |
| Prestadores de serviço | 10.175 | 9.191 |
| Material, equipamento e veículos | 1.968 | 1.527 |
| Gastos gerais | 1.318 | 1.168 |
| Custos contratuais de concessão | 6.923 | 7.019 |
| | 27.872 | 25.807 |

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|-------|-------|
| Custo de monitoração | | |
| Prestadores de serviço | 1.119 | 1.045 |
| Material, equipamento e veículos | 42 | 9 |
| | 1.161 | 1.054 |

| | 2021 | 2020 |
|-----------------------------|-------|-------|
| Custo de projetos especiais | | |
| Prestadores de serviço | 203 | 77 |
| Custo apropriação | 854 | 1.776 |
| | 1.057 | 1.853 |

| | 2021 | 2020 |
|---|--------|---------|
| Total de custos associados a receita de pedágio | 84.808 | 123.097 |

| | 2021 | 2020 |
|---|---------|---------|
| Custos associados às receitas de construção | | |
| Custo de construção | 23.269 | 38.999 |
| Total | 108.077 | 162.096 |

20 - Despesas Gerais e Administrativas

| | 2021 | 2020 |
|--|--------|--------|
| Salários, encargos e benefícios | 9.018 | 5.926 |
| Serviços de terceiros | 4.008 | 3.576 |
| Despesas de materiais, equipamentos e veículos | 1.192 | 956 |
| Despesas gerais | 6.865 | 6.719 |
| Despesas de remuneração de dirigentes | 1.842 | 1.556 |
| Total | 22.925 | 18.733 |

21 - Receitas e Despesas, Financeiras

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|--------|-------|
| Receitas financeiras | | |
| Rendimentos de aplicações | 4.635 | 2.252 |
| Receita Financeira – Debêntures* | 12.646 | - |
| Varição monetária ativa | 241 | 432 |
| Descontos obtidos | 1 | 9 |
| | 17.523 | 2.693 |

* O valor na rubrica Receita Financeira - Debêntures no exercício, se refere à reversão do ajuste a valor presente das debêntures, em virtude da extinção da aplicabilidade desta modalidade de resgate a partir deste exercício.

| | 2021 | 2020 |
|-----------------------------------|-------|---------|
| Despesas financeiras: | | |
| Despesas de financiamento | (6) | (544) |
| Despesas bancárias | (560) | (541) |
| Variação monetária passiva | - | (8) |
| Despesa Financeira – Debêntures | - | (4.986) |
| Despesa Financeira - Arrendamento | (182) | (19) |
| Outros | - | (2) |
| | (74 | |



Para o lucro diluído em 31 de dezembro de 2021 e 2020, vide quadro abaixo:

| | 2021 | | | 2020 | | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Ordinárias | Preferenciais | Total | Ordinárias | Preferenciais | Total |
| Numerador | | | | | | |
| Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais (+) Reversão de despesa financeira referente às debêntures conversíveis, líquida de impostos | 19.857 | 42.120 | 61.977 | 7.926 | 16.813 | 24.739 |
| Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado ⁽¹⁾ | 27.893 | 59.169 | 87.062 | 11.134 | 23.618 | 34.752 |
| Denominador | | | | | | |
| Média ponderada de ações em circulação ⁽²⁾ | 48.786 | 94.076 | 142.862 | 48.786 | 94.076 | 142.862 |
| Lucro por ação (R\$) | 571,74 | 628,95 | 609,41 | 228,22 | 251,05 | 243,25 |

(1) A conversão das debêntures em ações, elimina a despesa financeira com a remuneração das debêntures, acarretando o crescimento dos impostos sobre o lucro, impactando negativamente a distribuição de resultado. A diluição ocorre, meramente, do impacto fiscal. A conversão em si não gera diluição uma vez que a remuneração das debêntures é equivalente a remuneração das ações em circulação.
 (2) Considerando-se a ocorrência da conversão das Debêntures em ações preferenciais classe A. Os efeitos da diluição estão diretamente associados ao percentual de distribuição de lucro apurado, que foi de 100% em 2021 e 100% em 2020. Quanto menor o percentual atribuído aos acionistas e debenturistas, menor impacto das despesas financeiras e, por conseguinte, os ganhos tributários decorrentes desta. Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras. A Companhia não possui outros instrumentos financeiros conversíveis, além das debêntures descritas na Nota nº 16.
24 - Coberturas de Seguros
 A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) – antigo DNER - compreendendo a totalidade da Rodovia BR-116/RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram os seguintes em 31 de dezembro de 2021:

| Modalidade | Limite Máximo de Indenização | Vigência | Seguradora |
|-----------------------------|------------------------------|---------------------|--|
| Responsabilidade Civil | 10.000 | 12/03/21 a 10/09/22 | Fairfax Brasil Seguros Corporativos |
| Riscos Operacionais | 55.000 | 11/01/21 a 14/07/22 | Generali Brasil Seguros S.A. |
| Garantia | 32.548 | 21/03/21 a 21/09/22 | Potential Seguradora S.A. |
| Administradores e Diretores | 25.000 | 21/03/21 a 14/07/22 | Starr International Brasil Seguradora S.A. |
| Automóveis | 4.532 | 30/01/21 a 30/01/22 | Tokio Marine Seguradora |

O item "riscos operacionais" é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais - fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e lock-out; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.
11 - Eventos Subsequentes
 25. a) Reequilíbrio econômico
 Continuam em curso, na esfera administrativa, as tratativas para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da CRT, face a perda de receita pela retirada das praças de pedágio de PN2 & PN3. Na esfera judicial, a ação de obrigação de fazer foi favorável à CRT em 1ª instância em outubro/2018. Face ao atraso no processo de licitação, a Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT determinou a prorrogação do prazo de concessão, conforme o previsto no Termo Aditivo nº 5, que estende o prazo do Contrato de Concessão nº PG-156/95-00 pelo período de 18 meses abril/2021 a setembro/2022), o que viabilizará o reconhecimento do ativo regulatório no montante de R\$ 10.132.
 Uma parcela do pagamento obtida durante o período de extensão será deduzida do valor do desequilíbrio atual, motivado pela exclusão das praças de pedágio de PN2 e PN3.
 Em 5 de janeiro de 2022, a Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT expediu o OFÍCIO SEI Nº 313/2022/ GEGEF/SUROD/DIR-ANTT, com lastro no inciso I do art. 2º da Resolução ANTT nº 5.927, de 02 de março de 2021 que manifestou a sua não objeção ao pedido formulado no requerimento da CRT PRES-748/21/DE, para extinguir a Reserva Específica de Restituição de Capital – R\$ 6.219 e a Reserva para Investimentos – R\$ 6.068, previstas no Estatuto Social da Companhia.
 Diante da dispensa de anuência da Agência Reguladora nos moldes da Resolução acima, a Companhia realizará, também, a incorporação da Reserva de Ágio ao Capital Social, no montante de R\$ 3.596 e este valor será revertido aos seus acionistas, recompondo o capital social mínimo, previsto na cláusula décima primeira do 5º termo aditivo ao contrato de concessão.
 25.b) Efeitos Coronavírus
 A administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia.

| COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | |
|---|------------------------|
| NOME | CARGO |
| Genilson Silva Melo | Presidente do Conselho |
| Marcus Vinicius Figur da Rosa | Conselheiro Titular |
| Leandro Luiz Gaudio Comazzetto | Conselheiro Titular |
| Francisco Ubiratan de Sousa | Conselheiro Titular |
| Wilson Neves dos Santos | Conselheiro Titular |
| Luiz Claudio Levy Cardoso | Conselheiro Titular |
| Antonio Carneiro Alves | Conselheiro Titular |

| COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA | CONTADORA RESPONSÁVEL |
|--|--|
| Ricardo Fraiha Bustani Diretor-Presidente | Aline Guimarães de Carvalho Gomes CRC-RJ 107.983/O-9 |
| Carlos Eduardo Soares de Menezes Diretor Financeiro e de Relações com Investidores | |

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Concessionária Rio Teresópolis S.A. (CRT) Rio de Janeiro - RJ
Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rio Teresópolis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rio Teresópolis S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.
Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional
 Chamamos a atenção para as notas explicativas nº1 e nº25, apesar do prazo do contrato de concessão estar previsto, originalmente, para se encerrar em março de 2021, devido ao atraso no processo de licitação, a Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT, determinou a prorrogação do prazo de concessão, conforme o previsto no Termo Aditivo nº 5, que estende o prazo do Contrato de Concessão nº PG-156/95-00 pelo período de 18 meses, iniciando em abril de 2021 até setembro de 2022. Até o presente momento, não existe definição quanto a novos prazos de extensão ou ingresso de um novo vencedor na ocasião de nova licitação. As demonstrações contábeis não contemplam ajustes ou reclassificações decorrentes desta incerteza. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

intangível de concessão, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão; e (d) Testes de recálculos sobre as amortizações do ativo intangível registrada pela Companhia, considerando o critério de amortização praticada pela mesma, conforme nota explicativa nº2.6 (a).
 Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos e amortização no ativo intangível da concessão, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos e amortizações, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.
Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado
 A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
 As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram por nós examinadas, cujo relatório datado de 10 de fevereiro de 2021 foi emitido com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
 A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
 Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
 Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
 A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
 Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
 Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
 Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.
 Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
 Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
 Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.
 Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
 Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

B K R **Lopes, Machado**
 International Auditors, Consultants & Business Advisers
 CRC-RJ-2026/O-5
 Mário Vieira Lopes Contador - CRC- RJ 060.611/O-0
 Marcio Alves Gonçalves Marçal Contador - CRC-RJ-106.994/O-8